



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

SUZANE CUBA DOS SANTOS ZONIAS

Laqueadura Tubária: perspectiva de gênero, maternidades e desigualdades

RIO DE JANEIRO, RJ
2021

SUZANE CUBA DOS SANTOS ZONIAS

Laqueadura Tubária: perspectiva de gênero, maternidades e desigualdades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Josefina Matropaolo

Rio de Janeiro, RJ
2021

Dedico este trabalho à minha avó materna Eny Cuba dos Santos "In Memoriam", que sempre esteve presente no meu coração e pensamentos. E à minha mãe, Valéria Cuba dos Santos, minha fortaleza e melhor amiga.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela oportunidade de estar concluindo mais uma etapa na minha vida;

À minha mãe, Valéria Cuba dos Santos, cujo suporte e apoio foram fundamentais para a minha jornada. Sem a senhora, nada disso teria sido possível;

À Vanessa e Bruno Allan, pelo interesse em me ouvir falar sobre minhas experiências acadêmicas;

Ao Pedro Henrique, pelo apoio e ajuda nos momentos mais precisos durante a construção deste trabalho;

À professora orientadora Josefina Mastropaolo, por aceitar embarcar comigo nessa jornada;

À Aline Martins, pelos ensinamentos profissionais e de vida;

E não menos importante, às minhas amigas de classe Manuella, Bruna, Vitória e Jeanne. Cada uma tem um espaço especial no meu coração, e agradeço pela amizade, acolhimento e carinho. A amizade de vocês tornou essa caminhada mais leve e engraçada. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca refletir e identificar os diferentes fatores sociais que levam a uma mulher a desejar a realização da laqueadura tubária. Foi organizado em três capítulos. No primeiro, refletimos sobre a condição das mulheres nas relações assimétricas de gênero e a tarefa do trabalho de cuidado de caráter predominante feminino nas relações sociais privadas, analisando o movimento do Estado e da sociedade para a perpetuação dessa condição feminina. O segundo capítulo buscou desvendar o mito do amor materno e as relações das mulheres com a maternidade e seus determinantes raciais. Por fim, analisa-se os fatores sociais da laqueadura tubária e a atuação profissional do Serviço Social nessas demandas. A partir da contextualização nos capítulos anteriores, procura-se entender como a responsabilização do cuidado feminino e a responsabilidade pela maternidade interferem na escolha pela laqueadura tubária, um método contraceptivo definitivo. Tendo em vista o perfil das gestantes de alto risco fetal atendidas no campo de estágio, analisa-se suas demandas e questões levantadas nos atendimentos, que caracterizam os motivos que as levaram a escolher a esterilização cirúrgica, e a atuação profissional do Serviço Social nesses casos. Conclui-se que as questões anteriormente mencionadas fazem parte dos motivos que levam as mulheres a optar pela limitação da fertilidade de modo definitivo. A sobrecarga pelo cuidado feminino, a deficiência da educação sexual, a precarização do serviço público de saúde, a influência do parceiro no não uso do preservativo nas relações sexuais e a liberdade sexual feminina foram temas identificados nos atendimentos e encontrados também na literatura como fatores influenciadores nessa escolha. Assim, laqueadura é um mecanismo de limitação da fertilidade que traduz outras prioridades pessoais que não a maternidade, mas que ainda demonstra o caráter feminino da prevenção da gestação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	11
2.1 <i>Lampejo N1: uma olhada sobre a Grécia arcaica</i>	12
2.2 <i>Lampejo N2: Povos Yorubás</i>	15
2.3 <i>Desigualdade de gênero</i>	20
2.4 <i>Controle dos corpos femininos e a reprodução como produção da mão de obra</i>	25
2.5 <i>Divisão Sexual do Trabalho</i>	31
3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE	36
3.1 <i>Maternidade: construção ou instinto?</i>	36
<i>O discurso econômico</i>	38
<i>O discurso filosófico</i>	38
<i>O discurso às mulheres</i>	40
3.2 <i>Maternidade das mulheres negras</i>	43
3.2.1 <i>Mulher negra, escravidão e família</i>	43
3.3 <i>Emancipação e Comunidade Familiar</i>	48
3.3.1 <i>Tipos de mães e significados para a sociedade</i>	50
3.4 <i>Movimentos feministas e suas contribuições para a tomada de consciência corporal feminina</i>	53
4 A ESTERILIZAÇÃO FEMININA VOLUNTÁRIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	60
4.1 <i>Lei do Planejamento Familiar e a esterilização feminina</i>	60
4.2 <i>Experiências do cotidiano na prática profissional</i>	67
4.2.1 <i>Atuação do Serviço Social e Planejamento Familiar com vistas à Laqueadura Tubária</i>	69
4.3 <i>Laqueadura Tubária: uma escolha definitiva</i>	74
4.3.1 <i>Paternidade e representação</i>	80
5 CONCLUSÃO	84

REFERÊNCIA**89**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da experiência e discussões realizadas no campo de estágio curricular ocorrido no ano de 2019, em um ambulatório de Serviço Social do pré-natal de um hospital de alta complexidade situado no Rio de Janeiro, cujo perfil de atendimento são mulheres com gestações de alto risco fetal, como por exemplo: idade materna avançada, fetos com malformação, HIV, antecedentes de malformação, HTLV, dentre outros.

Dentre os atendimentos e atividades realizadas pelo Serviço Social desse setor, a demanda mais atendida é o Planejamento Familiar com vistas à realização da laqueadura tubária.

Um ponto intrigante, que deu origem a realização do presente trabalho, foi o porquê que tantas mulheres desejam interromper a reprodução de modo definitivo, e os motivos que as levaram a essa decisão. Considerando que tais mulheres não possuíam indicações clínicas para realização do procedimento, vista a ausência de estrutura física do hospital em caso de complicações médicas para a gestante.

Situações ocorridas no cotidiano do estágio como violência ao receber uma resposta negativa da sua demanda para a laqueadura tubária, decepção, ou até mesmo o alívio e a felicidade pela resposta positiva por estarem inseridas no perfil determinado pela Lei do Planejamento Familiar, me levaram a refletir sobre essas questões e o que pode estar por trás dessas demandas que impactam diretamente na vida dessas mulheres.

Portanto, a questão que articulou o trabalho gira em torno dos diferentes fatores sociais que levam a uma mulher a desejar a realização da laqueadura tubária. E a partir disso, buscou-se, dentre outras coisas: a) situar a condição da mulher nas relações assimétricas de gênero e analisar a tarefa do cuidado predominantemente feminino; b) quais as perspectivas societárias em torno da construção do mito do amor materno e sua diferenciação quando posta a perspectiva diferente de uma mulher não branca, e c) refletir sobre a questão da laqueadura tubária, na qual se cerca este trabalho.

A metodologia utilizada na construção desse trabalho foi pesquisa teórica, buscando expor, refletir e analisar a condição da mulher na sociedade ocidental; utilização de documentos pessoais elaborados através das experiências vividas no estágio resultando nas análises registradas no diário de campo; e análises retiradas

de trabalhos produzidos para a disciplina de orientação e treinamento profissional, cursada em conjunto com o estágio.

O trabalho se divide em três capítulos: 1) relações sociais de gênero; 2) a construção social da maternidade; 3) a esterilização voluntária e o exercício profissional. Esse caminho metodológico foi estruturado de modo a refletir e a demonstrar o “papel” feminino na reprodução social, e como a maternidade enquanto responsabilidade feminina se tornaram fatores históricos na responsabilização da mulher pelo cuidado e contracepção.

No primeiro capítulo, buscou-se analisar as relações sociais assimétricas de gênero, compreender a condição sócio-histórica da mulher e a forma como esse lugar foi construído em diferentes experiências históricas. Reflexões em torno de duas construções foram sistematizadas neste capítulo: a construção de arquétipos femininos na Grécia antiga e a construção de arquétipos femininos na cultura Yorubá. Estas não esgotam, evidentemente, as experiências de construção do feminino, mas propõem-se como “lampejos” que nos fazem uma advertência.

Ainda, tentou-se explicitar qual a perspectiva que se tem da construção social do gênero no ocidente, as relações diferenciadas com a natureza dos homens e das mulheres e como isso repercute na naturalização da submissão feminina ao gênero masculino.

Também, analisou-se o movimento do Estado e da sociedade de atestar a esfera privada como atuação predominante da mulher e a sua obrigação no cuidado da reprodução. A sociedade profere diferentes discursos e tratamentos a depender da raça/etnia da mulher, e assim, observou-se as diferenças no que tange ao controle da sexualidade entre mulheres brancas e negras. Finalmente, debateu-se sobre a divisão sexual do trabalho e a importância do trabalho reprodutivo para a esfera produtiva.

No segundo capítulo, procuramos expor o mito do instinto materno, criado através de discursos proferidos para que a mulher aceitasse a se responsabilizar de forma direta pela maternidade e conseqüentemente, para o crescimento demográfico, naturalizando ainda mais o seu papel na esfera privada e o pelo cuidado infantil.

Assim, buscou-se desvendar a construção do mito do instinto materno e quais as suas repercussões na sociedade, ao destacar a mulher, pela primeira vez, como “superior” ao homem em alguma esfera da vida.

Observou-se um caminho inverso no que tange às experiências maternas das mulheres negras, que foram exploradas pelo sistema escravista de produção, sendo

“desestimuladas” a criar laços com sua prole, uma vez que seriam vendidos pelos seus donos. Os imaginários sobre essas mulheres foram diversos, interferindo principalmente na sua sexualidade e sobre os seus corpos, o que afetou na forma em que elas eram vistas como mães no pós-escravidão, e assim, procurou-se entender qual foi o lugar dado a essas mulheres.

Expõe-se também os movimentos feministas que foram e são fundamentais na defesa dos interesses das mulheres e para a retomada de consciência da sexualidade, prazer e reprodução feminina, através do empoderamento e incentivo do uso dos métodos contraceptivos.

Por fim, o último capítulo trata dos fatores que influenciam as mulheres na escolha pela laqueadura tubária, e sobre as experiências da atuação profissional do Serviço Social nas atividades do Planejamento Familiar. Neste último, procuramos apontar os princípios previstos no Código de Ética Profissional de 1993 fundamentais para um atendimento qualificado, visando o respeito e o não julgamento da gestante, visto que o tema sobre a sexualidade e o sexo ainda são tabus na sociedade.

Junto a isso, analisou-se a precarização da política de saúde em que o assistente social está inserido, precipitada pelas contrarreformas da ordem neoliberal.

Destacou-se a Lei do Planejamento Familiar e os aspectos sócio-históricos que envolvem sua criação, que oferta majoritariamente os serviços de esterilização cirúrgica, principalmente a laqueadura tubária, que é influenciada por questões de escolarização, precarização da saúde, cuidado predominante feminino, educação sexual, dentre outros, apontando o falso ideário que prevalece sobre a vasectomia.

A partir disso e do que foi exposto nos capítulos anteriores, buscou-se analisar os motivos que influenciam a escolha dessas mulheres pela laqueadura tubária, retirados de anotações de diário de campo e através de artigos e pesquisas publicadas.

Questões como a sobrecarga do cuidado feminino, medo de uma nova gestação configurada a gestão de alto risco fetal, dificuldade na negociação do preservativo, desresponsabilização pela paternidade, dentre outros, também são temas apresentados nessa seção.

2 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

No ano de 2020, houve uma movimentação na internet iniciada por artistas brasileiras sobre a pesquisa de significados de palavras como “patrão” e “patroa”, e “solteiro” e “mulher-solteira” na plataforma de buscas Google. Ao fazer essa busca, foram constatadas definições diferentes em relação à versão da palavra no masculino e no feminino. As versões femininas sempre têm um significado de degradação à mulher, ou colocam a mulher como inferior ao homem. Segue um exemplo dos conceitos:

Patroa: *substantivo feminino*
A mulher do patrão; dona de casa.

Patrão: *substantivo masculino*
1. proprietário ou chefe de um estabelecimento privado comercial, industrial, agrícola ou de serviços, em relação aos seus subordinados; empregador; dono de seringal.
2. o chefe de uma repartição pública.
3. o dono da casa; senhor, amo.
4. aquele que protege; padroeiro, patrono¹.

De acordo com Joan Scott em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1995), “os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”. A partir do exposto acima, é possível afirmar que essa frase de Scott faz tanto sentido hoje, quanto fez em 1995. Em pleno século XXI, é visto que as relações desiguais de gênero ainda se verificam nesta sociedade, o que se expressa nos significados dessas palavras pesquisadas. Graças às manifestações das mulheres quanto a essas definições nas redes sociais a plataforma mudou o conteúdo, igualando as definições femininas às masculinas.

A subordinação de seres sociais generificados como femininos numa hierarquia que tem os seres sociais generificados como masculinos no topo, é um fenômeno que se constata em diferentes modos de produção, diversas organizações sócio-culturais e ao longo também de diferentes tempos históricos. O que não significa dizer que essa supremacia masculina seja uma constante trans-histórica, que se identifica numa

¹ Definições retiradas da plataforma de pesquisas Google no mês de agosto de 2020.

análise longitudinal. Mas é um traço com mudanças nas relações sociais que a produzem e que se verifica numa análise de longa duração.

2.1 *Lampejo² N1: uma olhada sobre a Grécia arcaica.*

Como um exemplo, vejamos como se estabeleciam as relações de gêneros na Grécia antiga. A fonte da democracia permitia a vida pública e política para os cidadãos da Polis, onde tais direitos eram referentes aos homens gregos e livres, excluindo-se da participação da esfera pública as mulheres, escravos e estrangeiros; ou seja, as maiorias. Os cidadãos e pensadores buscavam a construção de uma sociedade melhor, mas como eram apenas eles os participantes da política, essa melhoria seria para a serventia deles, pois as mulheres não eram consideradas cidadãs gregas, e a elas, só restavam apenas a realização do seu papel reconhecido então como natural: “ser mãe e dar filhos legítimos ao marido - filhos homens” (SILVA, 2008, p. 25 apud MARTINS *et al*, 2019, p. 6), sendo, então, excluídas da vida política e da condição de cidadã.

Ao longo da trajetória dos povos (hebreus, gregos, romanos, e os que vão se configurar como europeus) que alinhavam a linhagem reconhecida pela cultura burguesa-eurocêntrica como própria, é possível afirmar que às mulheres foi dado o lugar de submissa e inferior ao homem. O mito judaico-cristão de Eva e o mito grego de Pandora nos advertem sobre o caráter negativo outorgado às mulheres (MARTINS, 2019); enquanto que aos homens, é atribuído um perfil de virilidade, força e superioridade. Dessa maneira, Martins (2019) ao analisar a trajetória feminina na experiência da Grécia antiga, afirma que “elas não foram deixadas de lado por serem inferiores, mas sim por serem temidas e incompreendidas” (*op cit* p.1). Essa inferioridade da mulher grega em comparação ao homem não só era contada pelos mitos, como também tinha respaldos filosóficos, como é o caso de Aristóteles, que

acreditava que a natureza da alma era hierarquizada, e que o homem se encontrava num plano superior ao da mulher, esta que sofreria de uma carência e maturidade de espírito, sendo, portanto, incapaz de exercer qualquer função que não fosse a de obedecer ao homem, seja a seu pai ou a seu marido (MARTINS *et al*, 2019, p. 2).

² Utilizamos a ideia de “Lampejo que ilumina um instante de perigo”, no sentido que Walter Benjamin a utiliza na Tese 6 Sobre o Conceito da História. No sentido de não ir atrás do passado tal como ele foi, no sentido da sua totalidade, mas iluminar aquilo que nos adverte sobre os perigos do presente. (BENJAMIN, 1994, 224).

Pandora é a primeira mulher criada na mitologia grega, e através desse mito, é possível examinar a visão pessimista e negativa que os homens tinham em relação à mulher; que representa a desgraça e tudo de ruim que pôde acontecer na humanidade, mas que, no entanto, era imprescindível para a vida deles. Martins (*et al* 2019) argumenta que segundo essa mitologia,

Pandora foi enviada por Zeus para punir Prometeu por ter roubado o fogo sagrado e o dado aos humanos. Pandora era uma mulher belíssima e foi oferecida a Epimeteu, irmão de Prometeu. Ela, por curiosidade, abre um presente de núpcias enviado do Olimpo, um jarro (outros autores falam de uma caixa, a 'Caixa de Pandora'), trazendo todas as calamidades e desgraças que atormentam os homens até os dias atuais. Por recomendações de Zeus ela fecha o jarro rapidamente, restando ali dentro apenas a esperança (MARTINS *et al*, 2019, p. 2)

Não tendo a oportunidade de participar da vida pública, às mulheres também não era permitido escrever. Em “A identidade feminina na historiografia sobre as mulheres da Grécia antiga” (2009), Camila Condilo cita Nicole Louraux, dizendo que a “mulher grega vivia sua existência de moça, de esposa e de mãe no lugar mais recôndito da casa; ela também devia partir desta vida de sua casa bem fechada, ao abrigo dos olhos, longe de todo o público (...)” (LORAUX, 1988, p. 10, apud CONDILO, 2009, p. 6). Assim, se à mulher lhe era negado a vida pública, a escrita, e deveria participar apenas nas atividades do seu lar como uma boa esposa, à quem era dado a virtude de escrever sobre as mulheres? Aos homens. Uma vez que a escrita era exclusiva dos homens, eram eles quem escreviam documentos e peças teatrais sobre as mulheres – na maioria das vezes, de acordo com o estereótipo que era dado a elas, como seduzentes, perversas, dentre outros adjetivos. Sendo assim, a história das mulheres dessa época é contada apenas pelos homens, refletindo sua percepção da realidade, não tendo as visões e perspectivas femininas contadas por elas. Apaga-se e escamoteia-se a memória das mulheres gregas – e não apenas delas – como sujeitos ativos na construção da história.

Assim como os desenhos nas paredes das cavernas dizem muito sobre a vida dos homens primatas, as cerâmicas produzidas por uma determinada sociedade também dizem muito sobre sua cultura e modo de viver. Nesse sentido, Seger (2015, p. 8) diz que a cerâmica produzida pelos gregos se tornou uma importante fonte

documental de conhecimento sobre o cotidiano dessa sociedade “compondo em sua materialidade e iconografia grande parte do imaginário social da antiguidade grega”.

Uma vez que a história é escrita por homens, é visível que toda e qualquer atuação da mulher na vida pública é apagada e silenciada. A história é construída também pelas mulheres, mas a supremacia masculina não dá espaço para o reconhecimento da movimentação societária feminina. Dessa forma, Seger (2015) afirma que a ação das mulheres é representada na construção da imagem dessas cerâmicas, demonstrando não só sua atuação dentro do espaço que lhe é permitido ocupar como também, certifica as mulheres no espaço público, realizando todo o tipo de atividades.

Ainda que o espaço dado à mulher fosse o privado, e que a história contada fosse pelos homens, há indícios que de certa forma, mas escamoteada, elas também participavam um pouco da vida pública, como vendedoras, acrobatas, musicistas, dançarinas, dentre outros.

As mulheres tanto participavam da vida pública na Grécia antiga que, na ilha de Lesbos, as mulheres eram menos reprimidas do que nas outras cidades tanto na educação, quanto no comportamento oferecendo até certas regalias às mulheres (Martins *et al*, 2019). No entanto, como previsível, essa liberdade foi rechaçada pela sociedade masculina, pois essas mulheres tinham um modo de viver que não compreendia a vida imposta pela sociedade patriarcal às mulheres, como foi citado por Martins:

Lesbos fora condenada pelo ditador Pítaco; acredita-se que este não concordava com a diferenciação que a Aristocracia feminina possuía em Lesbos, uma característica comum entre os governantes Arcaicos, razão pela qual supõe-se que Safo tenha sido exilada na Sicília durante algum tempo. Isto prova que a independência feminina em termos de intelectualidade e sexualidade era uma questão muito reprimida no Imaginário da época (MARTA, 2009, p.7 apud MARTINS *et al*, 2019, p.5).

Essa hierarquia que determina papéis e diferenças de poder do gênero masculino sob o feminino é bastante estudada e problematizada pelas feministas no mundo ocidental. No entanto, é preciso salientar que existem e existiram outras civilizações cujos costumes não correspondem à realidade das sociedades ocidentais. Assim, a generalização das experiências societárias, a partir da experiência das sociedades burguesa-europeia-ocidental, não leva em consideração as vivências de

outras civilizações, assumindo que a vivência ocidental imperialista de hierarquização de gêneros seja a mesma para todas as experiências históricas.

2.2 *Lampejo N2: Povos Yorubás*

Se existem religiões, crenças e modos de viver diversos, com as relações de opressão de gênero não poderia ser diferente. Como é o caso dos povos Yorùbás, cujos territórios de origem se localizam no atual território de Nigéria, Benim e Togo.

Tendo isso em vista, podemos dizer que a generalização da teoria de que gênero é uma construção social atribuída ao sexo biológico para todo o globo torna-se deficitária, uma vez que não compreende as especificidades de experiências históricas não ocidentais. Além de situar-se na perspectiva binária de gênero, compreendida enquanto feminino e masculino, deixando de fora qualquer outra forma de performance de gênero.

Em “La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género”, Oyèronké Oyěwùmí (2017) analisa o discurso eurocêntrico sobre gênero e põe em debate as civilizações Yorùbás. No que diz respeito a essa universalização da hierarquia de gênero e sua construção social, a autora diz que

O valor potencial do construcionismo social feminista ocidental é amplamente truncado porque o feminismo, como a maioria das outras formulações teóricas ocidentais que interpretam o mundo social, não pode se afastar do prisma biológico que inevitavelmente percebe as hierarquias sociais como naturais. Consequentemente, nos estudos multiculturais de gênero, os teóricos impõem categorias ocidentais às culturas não ocidentais e então projetam essas categorias como naturais. A forma como as várias construções do mundo social de outras culturas são usadas como "evidência" da construtividade das categorias de gênero conforme operam no Ocidente, anula as alternativas oferecidas por culturas não ocidentais e prejudica a afirmação de que gênero é uma construção social (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 52, tradução nossa) ³.

³ El valor potencial del construcionismo social feminista occidental se trunca en buena medida porque el feminismo, como la mayoría del resto de las formulaciones teóricas occidentales que interpretan el mundo social, no puede alejarse del prisma biológico que inevitablemente percibe las jerarquías sociales como naturales. Por consecuencia, en los estudios multiculturales de género, los teóricos y las teóricas imponen categorías occidentales a culturas no-occidentales y luego proyectan dichas categorías como naturales. La forma en que las diversas construcciones del mundo social de otras culturas se usan como “evidencia” de la constructividad de las categorías de género tal como operan en Occidente, anula las alternativas ofrecidas por las culturas no-occidentales y socava la afirmación de que el género es una construcción social (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 52)

Segundo Oyěwùmí (2017) para os povos Yorùbás, ao contrário da cultura ocidental, a hierarquia não é de gênero como supõe a teoria eurocêntrica, mas sim, social. Não são regidos pelo patriarcado e, portanto, não é a possibilidade de gestação e toda a construção social em torno do gênero que determina as relações sociais. Para esses povos, a antiguidade relativa⁴ é que determina o respeito pelos familiares. Ou seja, quanto mais velho relativamente, maior importância terá na hierarquia social, independentemente do gênero (OYĚWÙMÍ, 2017; 2004). Oyěwùmí ainda apresenta a palavra *egbon*, que faz referência ao irmão mais velho, enquanto que *aburo* seria o irmão mais novo, independentemente de gênero da pessoa; assim, “o princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 6).

Muitos sistemas familiares africanos são matrifocais, ou seja, a mãe detém o poder de fala e é a pessoa mais importante da família, ao contrário das famílias organizadas pelo sistema patriarcal. E como a hierarquia é baseada pela idade relacional, geralmente são as avós nas quais as decisões familiares giram entorno (OYĚWÙMÍ, 2004; NOGUEIRA, 2018).

Note-se que a construção familiar Yorùbá difere-se da concepção de família conhecida no eixo ocidental das famílias brancas. Na cultura Yorùbá, a experiência da família é através do cuidado compartilhado, reunindo os *omoya*, que significa “irmãos filhos de uma mesma mãe-ventre” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 7). Essa categoria independe do gênero. Tal experiência transcende as relações intrafamiliares, estendendo-se aos primos matrilaterais, que são também considerados *omoya*. Ou seja, a maternidade tem um espaço importante nas relações culturais desses povos (OYĚWÙMÍ, 2004), não submetendo a família a relações patriarcais de comando centradas no homem, como acontece na cultura ocidental.

Ao contrário do idioma português que tende a masculinizar a fala quando posta no plural e assim contribuir para a assimetria das relações de gênero, a linguagem Yorùbá é livre dessas associações. No entanto, Oyěwùmí (2017; 2004) critica o fato de que ao estudarem sobre essa cultura, diversos autores tendem a escrevê-la em

⁴Oyěwùmí explica o que seria a antiguidade relativa: “La senioridad es altamente relacional y situacional porque nadie está permanentemente en una posición de mayor o menor edad; todo dependerá de quién esté presente en cada situación específica. A diferencia del género, la senioridad sólo es comprensible como parte de las relaciones. No está dicotomizada o fijada rígidamente en el cuerpo” (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 98).

inglês, e pela incompletude da tradução, as palavras Yorùbás são adaptadas ao idioma e conseqüentemente perdem o seu real sentido, fazendo com que as perspectivas de diferenças de gênero apareçam na linguagem, contribuindo para uma interpretação errônea das relações sociais desses povos.

OyěWùmí (2017) exemplifica as palavras *obìnrin* e *okùnrin*, que são costumeiramente traduzidas como, respectivamente, “mulher/fêmea” e “homem/macho”. Tal erro se deu pela razão de que estudiosos imersos em sua ocidentalidade não se atentaram para o fato de que essas categorias não são opostas entre si, ou seja, binárias, e nem hierarquizadas.

Assim, a tradução de palavras Yorùbás pela aproximação em idiomas como o inglês, por exemplo, levou à compreensão de que as relações de gênero também se encontram nessas civilizações, sintetizadas pelos significados linguísticos, quando, na verdade, não há essa relação de privilégio de um sexo sobre o outro. “Nem *okùnrin* é uma categoria de privilégio, nem é *obìnrin* classificado em relação a *okùnrin*, nem tem conotações negativas de subordinação ou impotência e, acima de tudo, não constitui por si só nenhuma classificação social” (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 86, tradução nossa)⁵.

Ainda de acordo com OyěWùmí (2017) e referente a esses termos, a autora procura definir *obìnrin* e *okùnrin* enquanto anatomia feminina e masculina, respectivamente, distanciando-se das conotações hierárquicas de papéis sociais que se encontram em macho/homem e fêmea/mulher na perspectiva ocidental hegemônica. A diferença entre os dois é que *obìnrin* procria, mas continua no mesmo nível hierárquico que *okùnrin*, sendo o mais velho, de maior idade relativa a “comandar” a hierarquia social. Não existe uma distinção de gênero ou sexualidade, mas sim de respeito. O mesmo acontece com as palavras *bàbá* e *iyá* (traduzidas no entendimento inglês como mãe e pai, respectivamente) que em sua origem não se opõem enquanto significados binários.

No que diz respeito às relações matrimoniais, a diferença não é de gênero, mas sim, de linhagem (*idílé*). A forma de incorporação dos integrantes (*Omo-ilé*) nas famílias diferenciam de acordo com o nascimento, referente a *oko* e de matrimônio, para *aya*. As mulheres estrangeiras casadas, segundo OyěWùmí (2017), fazem parte

⁵ “Ni *okùnrin* es una categoría de privilegio, ni *obìnrin* se cataloga en relación a *okùnrin*, ni tiene connotaciones negativas de subordinación o impotencia y, sobre todo, no constituye por sí misma ninguna clasificación social” (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 86).

de um grupo denominado *aya ilé*, ao passo que seus cônjuges ocupam a posição de *oko*, e as famílias seguem o sistema patrilinear. Nesse sentido,

Apenas as *aya* casadas eram vistas como estranhas e eram subordinadas a *oko* como nativas ou nativos. *Oko* era composto de *omo-ilé*, tanto anamachos quanto anafêmeas, incluindo criaturas nascidas antes da entrada na linhagem de uma determinada *aya*. Em certo sentido, *aya* perdia sua idade cronológica e se juntava à linhagem como uma “recém-nascida”, mas sua posição social melhorava com o tempo até que ela se igualasse a outras da linhagem que nasceram após sua incorporação. Este fato está lindamente ligado à ideia da cosmologia Yorùbá, segundo a qual, mesmo criaturas recém-nascidas existiam antes de decidirem nascer em uma linhagem específica. Portanto, para aqueles que compunham a linhagem, o fator determinante foi quando ocorreu sua incorporação. A organização era dinâmica, não congelada em um lugar como as organizações geradas tendem a ser (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 104, tradução nossa)⁶.

Assim, dentro da família, a mulher pode ser *aya* (habitante por casamento), *iya* (mãe), *omo* (membro da linhagem) e *oko* (dona de sua casa).

No que diz respeito ao casamento, Alaba (2004) aponta que nos tempos mais antigos a virgindade feminina era essencial para a realização do matrimônio, mas com a modernidade, essa importância foi se dissipando.

Estudando sobre os povos Yorùbás, e referenciando a população da antiga Oyó, Oyěwùmí (2017) alega o costume de muitas famílias serem pautadas pela poligamia masculina. Não é reflexo de uma opressão do masculino sob o feminino, mas um acordo entre o casal. Assim, o objetivo da família era a procriação e a boa saúde dos filhos (ALABA, 2004; OYĚWÙMÍ, 2017), e a abstinência da mulher de relações sexuais pós-parto era essencial para a recuperação e sobrevivência da prole e da mulher. Nesse sentido, conviver com outras esposas de seu parceiro não era considerado propriamente um problema, pois, no que diz respeito a preparação da comida, esta recairia para a *aya* mais jovem. O que era bem visto, uma vez que isso

⁶ Solamente las *aya* casadas fueron vistas como forasteras y estuvieron subordinadas a *okò* como nativos o nativas. *Okò* se componía de *omò-ilé*, tanto anamachos como anahembras, incluyendo las criaturas nascidas antes de la entrada al linaje de una *aya* particular. En cierto sentido, *aya* perdía su edad cronológica y se incorporaba al linaje como “recién nacida”, pero su posición social mejoraba con el tiempo hasta equipararse con otras y otros integrantes del linaje que nacieran después de su incorporación. Este hecho enlaza bellamente con la idea de la cosmología Yorùbá según la cual, incluso, las criaturas recién nascidas existían antes de que decidieran su nacimiento en algún linaje específico. Por lo tanto, para quienes integraban el linaje lo determinante era cuándo ocurría su incorporación. La organización fue dinámica, no congelada en un sitio como suelen serlo las organizaciones engeneradas (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 104).

colaborava para a facilitação do trabalho feminino fora de casa – costumeiramente no comércio.

Atente-se para o fato de que a vida privada não é a referência para a mulher dos povos Yorubás, como pode ser visto na cultura dos povos gregos, ainda que a preparação do alimento seja realizada pelas *ayas* (e não pelas *obinrins*). Elas estão inseridas na vida pública assim como os homens, contribuindo para o sustento de seus familiares.

No que diz respeito à mitologia Yorùbá, Noguera (2018) demonstra como a sintonia dos deuses e deusas são importantes para o equilíbrio do mundo. Nessa mitologia, as deusas têm tanto poder de voz e comando quanto os deuses. Um exemplo dessa consciência é Oxum, divindade da beleza e da fertilidade. Conta essa mitologia, que, diante da discriminação dos orixás masculinos contra as orixás, eles as encarregavam apenas de preparar as oferendas dadas pelos humanos, as proibindo de comer antes da ordem dos orixás. Por isso, Oxum utilizou seu poder e causou a infertilidade dos humanos e da natureza.

Através da interpretação desse mito e pondo em vista a dominação do homem sobre a mulher, Noguera (2018) alega que a consciência da importância do seu poder para a reprodução biológica fez com que Oxum pudesse contornar essa discriminação e negociar seu espaço social, identificando a injustiça na submissão da mulher ao homem em relação às atividades diárias e à capacidade reprodutiva. Esse mito é interessante, pois demonstra que ao ter conhecimento sobre sua potencialidade no que diz respeito à procriação, a mulher também tem lugar de voz nas suas demandas, uma vez que colabora tanto para a sociedade quanto o homem. Desse modo, o conhecimento do poder e valor que seu corpo possui para a evolução da humanidade contribui para a valorização da procriação nos matrimônios dos povos Yorùbás que, como foi dito anteriormente, praticam a abstinência de relações sexuais no pós-parto objetivando o cuidado da saúde e do filho recém-nascido.

Oxumarê é um outro exemplo do mito. Essa divindade não possui gênero único, desafiando as teorias que alegam que a pessoa com determinada anatomia biológica possui um determinado e único gênero. Na análise de Noguera (2018), em uma versão do mito, Oxumarê se identifica em dois gêneros, passando a metade do ano como masculino e outra como feminino. Na outra versão, Oxumarê é caracterizado como um orixá masculino que se traveste de feminino. O que se destaca é o fato das relações desiguais de gênero não se mostrarem predominantes na mitologia religiosa

Yorubá, uma vez que essa não é uma questão relevante na relação social desses povos.

Como visto, as relações sociais desses povos são baseadas na maior idade relativa e não pelas relações de gênero, como é no ocidente. Pode-se dizer, portanto, que a concepção e as relações assimétricas de gênero são uma realidade da cultura ocidental euro-americana, e não faz parte de todos os povos e civilizações, como essa cultura pretende afirmar e universalizar. O imperialismo ocidental tende a generalizar experiências e, por isso, precisamos nos atentar que nem todos compartilham da mesma cultura.

Através desses dois lampejos buscamos alimentar as reflexões acerca do caráter histórico do ser social, das suas ações, assim como as artes e o vocabulário. Como exposto ao longo do capítulo, são exemplos as cerâmicas na antiga Grécia – e determinadas palavras –, que por conta do cotidiano, a-crítico, não estimula a reflexão sobre nossas influências e os que nos influencia. Reflexão essa, fundamental para o entendimento das relações de gênero tal como elas se apresentam a nós na vida cotidiana, produto da sociedade ocidental euro-americana.

Imersos na influência histórico-ocidental, tendemos a generalizar e considerar que todas as experiências societárias, como o sistema de opressão de gênero, são as mesmas para todas as civilizações, ignorando que cada organização social e cada modo de produção nos diferentes tempos históricos tem as suas particularidades.

Dito isso, a análise a seguir será realizada através do olhar das experiências ocidentais euro-americanas sobre a assimetria das relações de gênero.

2.3 Desigualdade de gênero.

A Revolução Francesa (1789-1799) teve como grande influência o movimento intelectual denominado como Iluminismo. Conhecida pela reivindicação, dentre outros, da igualdade, essa Revolução foi de grande importância para a história ocidental.

Pode-se dizer que o documento mais importante e de maior influência desse momento foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, divulgada em 1789. Essa Declaração trazia como imperativo a igualdade dos homens, como pode ser visto no artigo 1º: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções

sociais só podem fundar-se na utilidade comum” (1789). Assim, direitos como a liberdade, à propriedade, segurança e resistência à opressão foram reivindicados.

As demandas por esses direitos tinham como público alvo todos os cidadãos, ou seja, todos tinham a mesma oportunidade de serem contemplados pela Declaração. Veja:

Artigo 6º- A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através dos seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, quer se destine a proteger quer a punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade, e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Artigo 12º- A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão carece de uma força pública; esta força é, pois, instituída para vantagem de todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

No entanto, apesar dessa Declaração ter sido concebida como universal, há uma observação importante e indispensável a ser feita: a mulher não foi contemplada nesses direitos.

Com essa Declaração, é possível alegar que as mulheres não eram consideradas como passíveis de direitos e cidadania, e essa concepção já estava tão naturalizada e enraizada na sociedade que elas nem foram mencionadas; não a toa que foi chamada de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Nesse sentido, podemos afirmar que a Lei não era expressão da vontade geral; não era a mesma para todos; a possibilidade de se inserir em empregos públicos segundo sua capacidade, virtudes e talentos não era para todos; e a garantia dos direitos do Homem e do Cidadão não foi instituída para a vantagem de todos.

Em virtude disso, e considerando a não concretização dessa suposta universalidade e igualdade para todos e todas, Olympe de Gouges, grande defensora da democracia e do direito das mulheres, elaborou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Esse documento foi encaminhado à Assembleia Nacional da França no ano de 1791, como uma crítica à outra Declaração que não incluía a mulher, e um apelo ao posicionamento das mulheres frente a esses acontecimentos.

Dessa maneira, Olympe de Gouges reivindicou o direito à propriedade para as mulheres, a igualdade, a livre comunicação dos pensamentos e opiniões, liberdade, justiça, dentre outros. Veja:

Artigo 4º- A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo que pertence a outrem. Sendo assim, o exercício dos direitos naturais da mulher não tem outros limites senão a perpétua tirania que o homem lhe impõe; estes limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão.

Artigo 10º- Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo que sejam de princípio; a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; mas ela deve igualmente ter o direito de subir à tribuna, contanto que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11º- A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões constitui um dos direitos mais preciosos da mulher, dado que esta liberdade garante a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode, portanto, dizer livremente: “eu sou a mãe de um filho que lhe pertence”, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ, 1791).

No entanto, suas demandas foram rechaçadas pela Assembleia francesa e Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793 por seus ideais emancipatórios para as mulheres, mas não sem deixar os frutos das reivindicações esquecidas, uma vez que foram colhidas futuramente pelo movimento de mulheres.

Nesse contexto, na década de 1794, pode ser constatada a desigualdade na participação da vida pública para ambos os sexos, infligindo especialmente às mulheres. Pois “seus deveres domésticos de cuidados com as crianças eram vistos como impedimentos à participação política” (SCOTT, 2005, p. 15).

Naquele momento, em “O enigma da Igualdade”, Scott (2005) afirma que as diferenças de riqueza, cor e gênero faziam bastante diferença na hierarquia social. Essa percepção era tão consolidada socialmente, que já era um fenômeno naturalizado. Entretanto, não era invisível, uma vez que não é possível afirmar que não existiam polêmicas em torno da negação à cidadania concedida às mulheres. Afinal, como foi citado pela autora,

Seria difícil provar que as mulheres são incapazes de exercer a cidadania. Por que indivíduos expostos à gravidez e outras indisposições passageiras não estariam aptos a exercitarem direitos que ninguém jamais cogitou negar a pessoas que sofrem de gota durante o inverno ou pegam resfriados facilmente? (CONDORCET, 1796, p. 98 apud SCOTT, 2005, p.16).

Para afirmar e reafirmar a naturalização da inferioridade da mulher em relação ao homem, lançava-se mão de teorias psicológicas, clínicas e até mesmo filosóficas, para justificar essa desigualdade (hoje conhecida como desigualdade de gênero). Um

exemplo disso são os desenvolvimentos conceituais do criminalista italiano Cesare Lombroso, ao referir que “todas as mulheres caem na mesma categoria, ao passo que cada homem é um indivíduo em si mesmo; a fisionomia das primeiras se conforma a um padrão geral; a dos últimos é ímpar para cada caso” (LOMBROSO apud GELFAND, 1893; FERRERO apud SCOTT, 2005 p.17).

Mies (2016) sustenta que o homem tem uma relação material-corporal e histórica com a natureza, e devido a isso, “não conseguem compreender seus corpos como produtivos da mesma forma que mulheres, pois eles não geram nada de novo de seu corpo” (2016, p. 850).

Segundo a autora, a interação masculina com a natureza é mediada por instrumentos que não o seu corpo. Logo, os homens passam a referenciar frequentemente os seus corpos por analogias “de sua interação com a natureza externa e com as ferramentas que eles utilizam em seu processo de trabalho” (MIES, 2016, p. 850). Tais analogias entre as ferramentas masculinas são referentes aos seus órgãos corporais, mas principalmente, sobre a sua genitália.

A partir disso e por a contribuição masculina para a produção social necessitar da utilização de instrumentos alheios ao seu corpo, os homens desenvolvem a sua dominação. E essa naturalização da diferença sexual é uma ferramenta da consolidação e continuidade da dominação, que dá bases para a diferenciação na atuação da esfera social e política, e para a exclusão das mulheres na cidadania (SCOTT, 2005).

Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” Judith Butler (2003, p. 24) afirma que "embora a unidade da noção de ‘mulheres’ seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade da identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero". Segundo essa autora, originalmente, o gênero é culturalmente construído, de maneira que papéis sociais são atribuídos ao sexo biológico. Ou seja, a partir do momento em que se constata o sexo biológico da pessoa, e partindo do princípio de sexo binário, papéis sociais como a participação na vida pública ou privada, automaticamente são impostos a essas pessoas pela sociedade.

É necessário lembrar que o sexo não é binário, uma vez que existem pessoas hermafroditas, além de ser válido lembrar das pessoas transexuais. Dessa forma, Butler (2003) discute que é contestável o caráter imutável do sexo, e que talvez, como

é o gênero, a construção do sexo também pode ser criada culturalmente, tendo uma perspectiva temporal. Dito isto, a autora certifica que

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25, grifo da autora).

Scott (1995) sustenta que o termo “gênero” parece ter surgido entre as feministas americanas que afirmavam o caráter social das diferenças baseadas no sexo biológico. Assim, os estudos feministas acadêmicos, por volta dos anos 1980, buscavam legitimidade, e, dessa maneira, o uso do termo “gênero” “visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (SCOTT, 1995, p. 75). Ou seja, enquanto o gênero passa a integrar-se na terminologia científica das ciências sociais, o termo “história das mulheres” passa a revelar “a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica” (SCOTT, 1989, p.6).

De acordo com a proposta da autora, a categoria gênero resulta mais explicativa, já que permite uma abordagem do caráter relacional da relação entre os gêneros, portanto, a categoria gênero não é sinônimo de mulheres, mas contempla homens e mulheres e as relações entre eles.

Como visto, o gênero é uma atribuição social imposta ao sexo biológico. À pessoa antes de nascer já lhe é imposta seu papel de gênero de acordo com o seu aspecto biológico, sem que ele (a) possua “condições de avaliar as destinações que lhe estão sendo feitas” (BOTTON *et al*, 2015, p. 45).

As pessoas, geralmente, costumam presentear as crianças com brinquedos de acordo com o que é esperado, como carrinhos para os meninos, e cozinhas para as meninas, além do clássico “rosa para menina, e azul para o menino”. E isso afeta a menina, delimitando o seu espaço na esfera privada, que a estimula a brincar com objetos que remetem ao cuidado familiar reforçando o seu papel na sociedade.

Também, a recíproca é verdadeira: ao menino, é esperado que seja um homem de negócios preparado para a vida pública e os seus brinquedos remetem a isso.

Esse tratamento baseado na desigualdade de gênero pode ter sérias consequências para a sociedade. A masculinidade tóxica é uma dessas consequências, pois, afeta o homem, que desde cedo é estimulado a consumir conteúdos pornográficos, por exemplo, e procura ter os mesmos estímulos em seus relacionamentos com as mulheres. Consequentemente, esse estímulo pode resultar no tratamento das mulheres como meros objetos sexuais, que servem para o seu próprio prazer.

Assim, a partir do momento em que a mulher ou o homem não age conforme o que lhe é esperado, é quebrado o estereótipo de gênero, resultando em preconceitos. Como define Crochik (1996): “um dos elementos do preconceito seria dado pela atribuição de características, comportamentos, julgados inerentes aos objetos, quando não o são, o que o configuraria por uma percepção e por um entendimento distorcido da realidade” (1996, p. 48).

2.4 Controle dos corpos femininos e a reprodução como produção da mão de obra capitalista.

As mulheres, ainda que em menor escala, independentemente do contexto histórico em que estão inseridas, participavam da vida pública. Por exemplo, através do comércio, como já exposto.

Em contrapartida, no modo de produção capitalista, nas sociedades em processo de industrialização e depois industriais, as mulheres passaram a ser referenciadas predominantemente à esfera privada, não sendo o trabalho doméstico considerado como trabalho passível de remuneração. No entanto, o trabalho reprodutivo situado na esfera privada é um trabalho que colabora para a esfera pública; como será discutido posteriormente.

Antes, é interessante debatermos sobre como os corpos, a reprodução e a sexualidade feminina foram capturados e reprimidos pelo Estado e por Instituições religiosas.

Por causa das invasões dos Europeus à América do Sul na época das colonizações, Federici (2017, p. 167) afirma que “os europeus haviam trazido morte à América”.

Ela diz que especialistas comparam os efeitos dessa invasão com um “holocausto americano”, diminuindo a população Sul-americana em 95%; e que tal holocausto foi explicado pelo clero como sendo um castigo de deus pelo comportamento dos índios (Williams, 1986, p. 138 apud Federici, 2017, p. 167). Ao mesmo tempo, ela afirma que na década de 1580 a população da Europa Ocidental também começou a diminuir, permanecendo assim até o século XVII.

A autora sustenta que essa crise demográfica atingiu o seu auge nas décadas entre 1620 e 1630 na Europa, levando a consequências econômicas como o grande número de desemprego e a contração dos mercados, resultando em uma “Crise Geral” (Kamen, 1972, p. 307; Hackett Fischer, 1996, p. 91, apud Federici, 2017, p. 169).

Desse modo, em um contexto de crise demográfica e de crise econômica, o Estado passa a se preocupar com esses problemas, e com isso, o debate sobre o controle populacional passou a ser importante naquele século. Ou melhor, a imposição do Estado sobre o controle populacional, que começou “a castigar qualquer comportamento que obstruísse o crescimento populacional” (FEDERICI, 2017, p. 69).

Assim, os Estados desenvolveram estratégias de controle sobre os corpos das mulheres, da sua capacidade reprodutiva, tendo elas a obrigação de colaborar para o crescimento do índice demográfico, recebendo apoio também de instituições religiosas:

A preocupação com o crescimento da população pode ser detectada também no programa da Reforma Protestante. Rejeitando a tradicional exaltação cristã da castidade, os reformadores valorizavam o casamento, a sexualidade e até mesmo as mulheres, por sua capacidade reprodutiva. As mulheres são “necessárias para produzir o crescimento da raça humana”, reconheceu Lutero, refletindo que, “quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar a luz” (KING, 1991, p. 115, apud FEDERICI, 2017, p. 171).

A contracepção, o aborto e o infanticídio passaram então a constituir crime de reprodução, sendo demonizada qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa. Logo, a repressão a todo tipo de controle de natalidade foi tamanha, que o Estado passou a adotar formas de vigilância para reprimir a mulher que desejasse interromper a gestação

Essas ações foram desde o registro de cada gestação à marginalização das parteiras, com a entrada de médicos homens na realização dos partos para impedir qualquer atuação que levasse a morte de recém-nascidos (FEDERICI, 2017).

Além disso, Federici (2017) afirma que o Estado contava com parteiras espiãs, e nos países e cidades protestantes, com pessoas que espiavam o cotidiano das suas vizinhas, que informavam sobre detalhes sexuais relevantes dessas mulheres.

Em “A história da Sexualidade”, Michel Foucault (1999) analisa como a sexualidade foi reprimida, chegando a tornar-se um tabu. Segundo Foucault, a sexualidade – tanto masculina quanto feminina – foi tão reprimida nas religiões, que a Contra-Reforma passou a se dedicar “em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual” (1999, p. 14). Ou seja, a censura foi imposta de maneira que os religiosos fossem convocados a se confessar anualmente, devendo “dizer tudo, repetem os diretores espirituais: ‘não somente os atos consumados como também os toques sensuais, todos os olhares impuros, todas as palavras obscenas..., todos os pensamentos consentidos’”. (LIGUORI, 1835, p.5 apud FOUCAULT, 1999, p. 16).

Com a mesma afirmação de Silva Federici (2017) exposta anteriormente, Foucault (1999) aponta que por volta do século XVIII o sexo passa a fazer parte do debate na esfera econômica e técnica, tendo uma incitação política justamente pelo fato crítico do baixo índice de natalidade da época. Passa-se agora a não julgar o sexo, mas a administrá-lo, tornando-se uma questão de polícia. Policia-se o sexo, a taxa de natalidade, a idade do casamento, a frequência das relações sexuais, a incidência das práticas contraceptivas, dentre outros (FOUCAULT, 1999). É uma verdadeira alienação, e de certa forma, de violação, da vida privada, da intimidade, e dos corpos da população realizada pelo Estado. Violação, pois a pessoa, e especialmente a mulher, perde o controle sobre seu corpo, ficando à mercê das regras do Estado, além ter afetado a sua liberdade de ter a opção de não ser mãe.

Com as práticas de contracepção e controle de natalidade criminalizadas, a sexualidade e as práticas de sexo não procriativo também foram censuradas. Assim, a homossexualidade também se tornou um pecado. A homossexualidade, dessa forma, “apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 1999, p. 32).

A repressão à sexualidade foi de tal maneira que até a disposição anatômica dos órgãos sexuais sofreram “represálias”, pois, “durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (FOUCAULT, 1999, p. 28). Foi, portanto, imposta a heterossexualidade como o certo e o ideal a ser seguido pela sociedade juntamente com o disciplinamento do corpo. Justamente pelo fato da homossexualidade não permitir a reprodução.

A repressão da sexualidade, do sexo enquanto mero instrumento de prazer e a proibição da utilização de métodos contraceptivos pelas mulheres brancas europeias teve o objetivo de controlar esses corpos para a reprodução de mão de obra futura. Apesar de, em relação as mulheres negras, essa repressão ter se dado de forma diversa e incisiva, para todas as mulheres existem consequências que perduram até os dias atuais.

Analisando a sexualidade da mulher negra, Patricia Hill Collins (2000) alega que a sexualidade faz parte de uma intersecção de opressões, assim como a classe, o gênero e a raça, defendendo que o heterossexismo enquanto um sistema de poder e opressão afeta particularmente as mulheres negras.

Segundo a autora, heterossexismo pode ser definido enquanto “a crença na superioridade inerente de uma forma de expressão sexual sobre a outra e, portanto, o direito de dominar” (COLLINS, 2000, p. 128, tradução nossa)⁷. Ou seja, o heterossexismo não só interfere no “padrão” de sexualidade imposto pela sociedade, como pode se tornar uma forma de opressão, atingindo as parcelas mais vulneráveis: as mulheres negras. Assim, a heteronormatividade é vista enquanto natural ao passo que tudo o que não for, torna-se desviante, imoral ou ilegal.

O sistema opressor e racista da escravidão foi capaz de produzir diversos discursos que legitimaram e perpetuaram esse sistema que destituiu toda a humanidade das pessoas afrodescendentes. Como resultado, influenciou o discurso de que as pessoas negras seriam animais e sugeriu que essa população seria perigosa.

⁷ “The belief in the inherent superiority of one form of sexual expression over another and thereby the right to dominate” (COLLINS, 2000, p. 128).

No que tange à sexualidade, às pessoas negras lhes foi atribuída uma hiperssexualidade e isso fugia do padrão de normatividade. Essa hiperssexualidade seria considerada como intergeracional e resistente a mudanças (COLLINS, 2000).

O controle da sexualidade afetou tanto as mulheres brancas como as mulheres negras, e isso é um fato inegável. Mas para as mulheres negras, por serem destituídas de terem voz ativa sobre seus corpos, essa repressão foi muito mais profunda, pois não eram vistas como seres humanos. No contexto da reprodução do capital, as mulheres são importantes para a reprodução geracional da força de trabalho e a consequente manutenção da exploração do sistema de produção. Mas a diferença é que a mulher branca podia manter seus filhos dentro de suas casas, já a mulher negra servia como reprodutora de escravos e não tinha a garantia de que seus filhos não seriam vendidos para outros donos de escravos.

Mulheres essas, aliás, que devido à escravidão, não tiveram a oportunidade de expor seu desejo quanto ao trabalho, que foi imposto forçadamente. Por isso, se em determinado momento da história as mulheres brancas demandaram o direito de retornar à vida produtiva, de trabalhar fora do lar, para as mulheres negras, isso não foi uma questão, visto que foram inseridas forçosamente no contexto de trabalho.

Desse modo, o controle dos corpos foi essencial para a exploração sexual dessas mulheres negras. A anatomia dos órgãos sexuais, a fisionomia e a forma corporal foram essenciais na justificativa da exploração sexual e para o imaginário de que essas mulheres seriam Jezebel⁸, contrapondo a imoralidade da mulher negra à pureza da feminilidade da mulher branca (COLLINS, 2000, p. 132).

Ainda na escravidão, as escravizadas eram consideradas pelos seus donos como uma mercadoria fragmentada, onde a capacidade reprodutiva era de grande valia:

“Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada, cujos sentimentos e escolhas raramente eram considerados: sua cabeça e seu coração foram separados de suas costas e suas mãos e separadas de seu ventre e vagina” (Omolade 1994, 7). A sexualidade das mulheres negras pode ser reduzida a ganhar controle sobre uma vagina objetificada que poderia então ser mercantilizada e vendida. O interesse de longa data na genitália da mulher negra dentro da ciência ocidental parece adequada aqui na redução dessas mulheres à

⁸ Ver Jezebel: A mulher negra insaciável - reconhecendo estereótipos racistas internacionais. Gelédes, 2016.

genitália e vaginas mercantilizadas tratando efetivamente as mulheres negras como prostitutas em potencial (COLLINS, 2000, p. 133, tradução nossa)⁹.

Se o uso de métodos contraceptivos foi desmotivado para as mulheres brancas, para as mulheres negras o discurso foi o contrário. Na década de 1970, por exemplo, a esterilização involuntária foi uma prática realizada em abundância em mulheres pobres e majoritariamente negras, que muitas vezes não faziam ideia de que seu corpo estava sendo modificado de forma cruel (DAVIS, 2016). Nesse, o discurso era de que as mulheres negras reproduziam a pobreza através da reprodução de mais pobres, portanto, “nada mais justo” que controlar seu sistema reprodutivo.

Um outro exemplo de controle dos corpos de mulheres negras é através da pornografia. Mais uma vez, a sociedade extrai prazer e lucro dessas mulheres ao mesmo tempo em que aprofunda a questão da opressão interseccional de raça, gênero e classe; o que acaba sendo contraditório, uma vez que elas são discriminadas pela sua “hiperssexualidade” sendo chamadas de Jezebels e criando imagens de mães desvirtuosas. Enfim, essa mesma sociedade tira proveito dessa sexualidade, que serve de entretenimento para os mesmos homens brancos que tanto rechaçam e discriminam as mulheres negras.

Segundo Collins (2000), a objetificação dos corpos das mulheres negras no século XIX é uma das consequências que influenciaram o modo em como as produções pornográficas são baseadas na dominação e no controle. E isso implica no tratamento diferenciado que é dado em relação às mulheres brancas, pois “os retratos contemporâneos da mulher negra na pornografia representam a continuação do histórico tratamento dado aos seus corpos” (FORNA, 1992 apud COLLINS, 2000, p. 137, tradução nossa)¹⁰. Ou seja, o tratamento direcionado às mulheres negras enquanto animais e sexualizadas não só não mudou, como passou a fazer parte do entretenimento sexual do homem, servindo também as relações capitalistas de classe,

⁹ “To him she was a fragmented commodity whose feelings and choices were rarely considered: her head and her heart were separated from her back and her hands and divided from her womb and vagina” (Omolade 1994, 7). Black women’s sexuality could be reduced to gaining control over an objectified vagina that could then be commodified and sold. The long-standing interest in Black women’s genitalia within Western science seems apt here in that reducing Black women to commodified genitalia and vaginas effectively treats Black women as potential prostitutes (COLLINS, 2000, p. 13).

¹⁰ “Contemporary portrayals of Black women in pornography represent the continuation of the historical treatment of their actual bodies” (FORNA, 1992 apud COLLINS, 2000, p. 137).

visto que essa abordagem pornográfica se deu no contexto de colonização europeia e escravidão americana (COLLINS, 2000).

Portanto, dependendo do tipo de discurso, a sexualidade da mulher negra ou é reprimida ou é estimulada para o benefício de outros e ambos afetam o seu cotidiano, traduzindo na opressão interseccional.

2.5 Divisão Sexual do Trabalho

Uma vez que o Estado começa a regular sobre a fertilidade e sobre os corpos femininos, estas passam a ter o seu papel social designado pela reprodução. De acordo com Maria Mies (2016), a esfera de reprodução, na qual se situa o trabalho doméstico, não é considerada como um trabalho justamente pela visão biologista da atividade humana. E por isso, como não é um trabalho produtivo, não produz mais-valia. Portanto, não é considerado como um trabalho pelas relações capitalistas, pois não produz lucro.

Essa divisão sexual do trabalho, baseado numa diferenciação entre trabalho feminino e masculino em torno das esferas da produção e da reprodução é típica da organização do modo de produção capitalista, uma vez que há a separação e a hierarquização do trabalho, sendo o trabalho masculino, situado na esfera pública mais valorizado em relação à crescente desvalorização do trabalho feminino.

Ao escrever sobre público/privado, Susan Okin (2008) alega que essa dicotomia tem mais de um sentido, segundo a discussão feita por Weinstein. Conforme já mencionado, o trabalho reprodutivo, ainda que pertença à esfera particular é, também, participante da vida pública, uma vez que tem a intenção de produzir mão de obra para o trabalho no modo de produção capitalista, podendo ser tanto ativo, quanto parte do exército industrial de reserva¹¹. Pois, de acordo com Okin, Weinstein

faz uma analogia útil entre publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola; assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de uma outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação a uma outra. Se Weinstein está correto ao apontar que a distinção tem, portanto, uma multiplicidade de significados, ao invés de simplesmente um significado dual, os significados ligados às dicotomias Estado/sociedade e não-doméstico/doméstico são

¹¹ O exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx e refere-se ao desemprego estrutural característico do modo de produção capitalista. Esse exército corresponde à força de trabalho excedente das necessidades de produção.

justamente aqueles utilizados com mais frequência na teoria política, onde ambos têm papéis centrais (OKIN, 2008, p. 307).

Portanto, ainda que o trabalho doméstico – aqui entendido enquanto aquele realizado pelas mulheres em suas próprias casas e não enquanto um trabalho assalariado – não produza mais-valia, a atividade de cuidado é um trabalho, mas desvalorizado pelo modo de produção capitalista.

O trabalho reprodutivo (também compreendido como cuidado, doméstico, da esfera privada...), depende energia, tem a intencionalidade de preparar outros componentes familiares para a possibilidade de trabalhar fora, é desvalorizado e consome tempo. Para Machado (2014), esse trabalho é entendido como

o trabalho da manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.) [...] (MACHADO, 2014, p. 61).

Desse modo, o trabalho de reprodução permite que a esfera produtiva possa ser realizada, e por ser realizado majoritariamente por mulheres e gratuitamente, permite a manutenção do patriarcado, além de ser “estratégico para o processo de acumulação capitalista” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 21). Assim, se o trabalho doméstico permite a realização plena do trabalho produtivo, então ambos estão conectados, e essa relação entre trabalho remunerado e não remunerado é interpretada por Sorj (apud BRUSCHINI, 2006) como dimensões do trabalho social que estão estreitamente ligadas.

A utilização do tempo de trabalho é fundamental na engrenagem do modo de produção capitalista, que influi na quantidade do lucro a ser retirado do trabalhador na produção, através da produção da mais-valia. E assim, o descanso é necessário para a recuperação física, mental e social do sujeito, e é obtido no interior de seus lares. Esse tempo de descanso é idealizado para o trabalhador da esfera produtiva, que historicamente é realizado pelo homem.

Já em relação ao trabalho de reprodução, este é considerado como “natural” à mulher. Portanto, ignora-se que esse tipo de trabalho despenda tempo e energia. E, conseqüentemente, isso afeta as mulheres, uma vez que o trabalho reprodutivo ocupa a maior parte da sua rotina, além de, muitas vezes, ter outra jornada de trabalho,

situada na esfera produtiva. Ou seja, a dupla jornada de trabalho faz parte da realidade de muitas mulheres.

Tendo isso em vista, analisando uma pesquisa realizada pelo SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia com parceiros, Machado (2014) identifica que diversas mulheres sentem a falta de tempo no dia a dia para a realização de outras atividades além das domésticas, e principalmente àquelas que possuem trabalho remunerado. De acordo com a autora,

Dentre as respondentes que alegaram sentir falta de tempo, quando considerada a primeira menção, ou seja, o fator mais importante (resposta única), a principal falta sentida é de tempo para cuidar de si (29%) e, em seguida, para ficar com os filhos (18%). Na sequência, foi apontada a falta de tempo a diversão (11%), o descanso (8%) e os cuidados com a casa (6%) (MACHADO, 2014, p. 55).

Logo, apesar dos avanços tecnológicos que permitem a divisão de tarefas domésticas com os aparelhos domésticos, como a máquina de lavar, a quantidade do trabalho “feminino” não diminui.

Divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento/UNDP, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 aponta que não há motivo para que as atividades reprodutivas sejam desvalorizadas (BRUSCHINI, 2006). Segundo esse Relatório, Bruschini (2006, p. 337) aponta que houve uma estimativa acerca da “contribuição invisível à renda nacional” através de uma pesquisa sobre o tempo gasto por homens e mulheres em atividades mercantis e não-mercantis em países industrializados e não industrializados. De acordo com a autora, nos países industrializados, observou-se que 66% do total do tempo de trabalho dos homens é gasto em atividades remuneradas, ao passo que 34% do tempo é despendido para atividades não remuneradas. Já nos países em desenvolvimento, o tempo proferido é, respectivamente, 76% e 24%. No que diz respeito às mulheres, em ambos os países industrializados e em desenvolvimento, a atividade remunerada exercida aponta 34%, enquanto que 66% é o tempo despendido no trabalho não pago. Assim, com a influência desses resultados, “o Relatório propõe que a mensuração da categoria trabalho passe a considerar o número de horas que as mulheres e os homens gastam no mercado de trabalho, em vez do método tradicional de contar o número de participantes na força de trabalho (UNDP, 1995 apud BRUSCHINI, 2006, p. 337).

Ou seja, ainda que o tempo do homem na esfera produtiva seja maior do que o da mulher, o trabalho reprodutivo não permite um “descanso” maior, visto ser realizado majoritariamente pela mulher, além de acumular com o trabalho remunerado. Ambos tipos de trabalho contribuem para a reprodução do modo de produção capitalista.

Na concepção de Marx (2013) em *O Capital, Trabalho*, é “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural” (MARX, 2013, p. 282). Para isso, a mulher/homem age sobre a natureza externa a modificando e modificando a si mesmo (a). Ao exercer o trabalho reprodutivo, a mulher contribui para a realização do trabalho produtivo executado por outrem em seu núcleo familiar, colaborando para o bem-estar físico, mental e social, através do preparo de alimentos, lavagem de roupa, louça, dentre outros.

Cuidar dos afazeres da casa é um trabalho, pois imprime teleologia, que é a capacidade de antecipar a ação: “exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa [...]” (MARX, 2013, p. 283). Cuidar da reprodução da prole também é trabalho, pois se repassa valores, e imprime intencionalidade. Portanto, quando se diz que o trabalho reprodutivo também participa da vida pública, e não apenas da esfera privada, é porque as suas ações refletem e contribuem para o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, “a produção de nova vida e de alimentos não é apenas uma atividade consciente e humana, é também produção social” (MIES, 2016, 848).

Afinal, o capitalismo, além de ter seu pilar baseado na exploração produtiva, necessita intrinsecamente do trabalho reprodutivo, que é a produção de mão de obra. Entretanto, não é reconhecido pelo Estado e muito menos pelo modo de produção capitalista como um Trabalho por não produzir mais-valia, sendo considerado apenas como um trabalho “natural”.

E por ser considerado como um trabalho natural, a mulher não recebia – e não recebe até hoje – remuneração pela realização do trabalho doméstico. Nesse sentido, Federici (2017) declara que a expulsão das mulheres dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo foi uma derrota histórica para as mulheres. Pois, essa ordem patriarcal, diz a autora, “reduz as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens” (FEDERICI, 2017, p. 191). Assim, enquanto que aos

homens mais abastados era a propriedade que dava a eles o poder sobre sua família; a exclusão das mulheres da participação no recebimento do salário dá aos homens trabalhadores um poder semelhante sobre elas (FEDERICI, 2017).

A não remuneração do trabalho doméstico, portanto, constrange e sujeita as mulheres a depender financeiramente de seus esposos, dificultando o gerenciamento de forma autônoma da sua vida. Como exemplo, a liberdade de divorciar-se, o que resulta, muitas vezes, em relacionamentos abusivos por parte do homem. Além disso, reforça o caráter “natural” do trabalho doméstico feminino e permite a manutenção do patriarcado e do modo de produção capitalista.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

Ao lhe ser imposto o ambiente privado das relações sociais como única esfera de atuação, a mulher exercia um importante papel na procriação. E por muitos anos, a sociedade perpetuou o mito do amor materno (BADINTER, 1985) que sustenta como pressuposto que todas as mulheres nascem com um “instinto maternal”.

Ao realizar um estudo sobre a história social da criança e da família, Ariès (1986) analisa como foi construída a linha histórica sobre a concepção e reconhecimento da infância. Segundo esse autor, durante os séculos X-XI, as crianças não eram representadas nas obras artísticas conforme são retratadas hoje, e o tratamento dado a elas não era como se configura na atualidade. Não havia uma concepção própria de criança, e estas eram caracterizadas nas artes como pequenos homens, por exemplo, sem nenhum reconhecimento de traço infantil. A concepção de infância passou a ser alterada por volta do século XVII, concomitante à reestruturação da família moderna, onde a centralidade da atenção e cuidado da criança passa a ser construída.

A concepção da infância e a configuração dada à sua importância, portanto, é histórico-social. E se a centralidade da criança na família passou por alterações na trajetória histórica, então a concepção da maternidade também é sócio-histórica. A ideia de amor incondicional de mãe, então, não é instinto, mas sim, uma construção, assim como foi forjada a nova ideia de infância. E isso será analisado a seguir.

3.1 Maternidade: construção ou instinto?

Essa concepção de infância, assim como de amor materno e suas relações de fraternidade e carinho só veio a ser cultuada a partir do surgimento da família moderna. Ariès (1986) salienta que nos tempos modernos a sociedade passou a adotar que a fase infantil ainda não era madura o suficiente para a vida, necessitando submeter a criança a um regime especial, que era o da educação, antes de deixá-la unir-se aos adultos. Foi apenas no século XVIII que o amor materno passou a ser reconhecido de outra maneira, havendo a exaltação do amor materno como natural e social (EMIDIO; HASHIMOTO, 2008), sendo estimulada a importância do cuidado da criança.

Dado que o índice de mortalidade infantil da Europa naquela época era considerável, como mencionado anteriormente, num contexto de crise econômica e preocupado com a escassez da mão de obra, o Estado passou a estimular as mulheres a assumirem seus papéis de mães, para que a reprodução de trabalhadores fosse efetivada. O importante agora seria o cuidado da primeira infância, e não apenas da segunda infância (depois do desmame) como costumava ser no período anterior. E como incentivo, “surgiu o discurso que se fundava na felicidade e igualdade e as promessas de obtenção de cidadania para as mães que assumissem seu papel” (EMIDIO; HASHIMOTO, 2008, p. 29).

Este seria o momento em que as mulheres passariam a se tornar mais importantes que o homem pela primeira vez em alguma esfera das relações sociais. Na esfera da maternidade, seriam as mulheres a autoridade máxima, que participariam inteiramente do cuidado e do crescimento da sua prole, com seu amor incondicional de mãe. Assim, o foco ideológico agora, “ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade” (BADINTER, 1985, p. 146).

Às mulheres foi prometido, estimulado e persuadido pelos especialistas e moralistas da época, a voltar a amamentar seus filhos e a retornar aos seus melhores sentimentos. Dessa maneira, com a promessa de poder ser respeitada, as mulheres viram uma oportunidade de ser um sujeito importante na sociedade através do seu papel na maternidade. Assim,

inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana (BADINTER, 1985, p. 147).

Nesse contexto, Elisabeth Badinter (1985) afirma que foram necessários três discursos para que a mulher voltasse a valorizar o sentimento de amor materno e para que seus filhos (as) tivessem maiores chances de sobrevivência: “um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres” (1985, p. 149). Veja uma breve sintetização de como eram realizados esses discursos, de acordo com a autora:

O discurso econômico

Esse discurso, segundo Badinter (1985, p. 149), dirigido aos homens esclarecidos, marca a “tomada de consciência da importância da população para um país”. Enquanto foi observada uma pequena queda na mortalidade da população adulta graças ao desaparecimento de guerras, da peste, dentre outros flagelos ao longo do século XVIII, o mesmo não se pode dizer da mortalidade infantil, que possuía um alto índice na época e isso era um problema que necessitava ser resolvido. O índice de demografia foi um fator de grande preocupação estatal.

Uma vez reconhecida a importância de uma nação populosa, o cuidado das crianças passou a ser estimulado pelo Estado, que possuiu interesse econômico na futura mão de obra produtiva. Afinal, uma nação populosa é mais produtiva economicamente que uma nação despovoada, e toda vida capaz de produzir é valiosa para o Estado, não só porque produz riquezas, mas porque é garantia de poderio militar. Assim, toda perda humana “passa a ser considerada um dano para o Estado” (BADINTER, 1985, p. 154).

Esse discurso econômico foi proferido aos homens para convencê-los da importância das vantagens econômicas do cuidado infantil. Mas não era necessário convencê-los apenas. Era preciso que eles convencessem as suas esposas da necessidade do cuidado, pois só elas poderiam se doar para o cuidado de outra vida.

Entretanto, não eram todas as mulheres que tinham o desejo de sacrificar-se, e o imperativo econômico não era suficiente para essa mudança do comportamento humano. Assim, outros discursos foram necessários para que influenciassem tal mudança, baseados não na linguagem da obrigação e do sacrifício, mas a do amor e da felicidade (BADINTER, 1985).

O discurso filosófico

O discurso filosófico comum aos dois sexos, como bem sintetizado por Resende, “advém da filosofia rousseuniana e da ideologia natalista, e trazem a criança como um bem precioso e insubstituível para a sociedade e para os pais” (2017, p. 179). Para Badinter (1985), a autora afirma que a filosofia das Luzes contribuiu com

duas importantes ideias que favoreceram o desenvolvimento do amor: as ideias de igualdade e de felicidade individual.

No que diz respeito ao discurso da igualdade, Badinter (1985) afirma que ainda que a militância pela igualdade política no campo das ideias fosse entre os seres humanos, englobando o homem e a mulher, tal luta se situou no campo de interesse dos homens. Porém, no que tange a igualdade entre o pai e a mãe, verifica-se uma modificação, no sentido de uma maior homogeneidade. De acordo com a autora, “esses primeiros golpes desfechados à autoridade paterna beneficiavam não só a criança, mas também a mãe, que podia se valorizar e adquirir certa autonomia” (FEDERICI, 1985, p. 162). Assim, a figura materna torna a ser valorizada em relação à figura paterna, que passa a ser uma simples ajuda momentânea, compensando pela fragilidade da criança.

Embora a condição das mulheres não tenha se modificado substancialmente no século XVIII e nem com a Revolução Francesa, Badinter (1985) afirma que a função da esposa-mãe prosperou. Houve uma mudança no comportamento do marido para com a mulher por dois fatores: a ascensão do casamento por amor e pelo desejo dos homens para que as mulheres desempenhassem um papel mais importante na família na educação dos filhos. Desse modo, o poder absoluto que os homens detinham sobre as mulheres em todas as esferas passa a “diminuir” relativamente, uma vez que a mulher conquista um novo espaço de autoridade, que é a maternidade.

Já em relação ao discurso da felicidade, este foi um fator importante na mudança das atitudes familiares, pois

[...] não é mais apenas uma questão individual. É a dois que se espera, em primeiro lugar, realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade. Para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso, descobre-se no século XVIII, que sejam fundadas no amor. Não o amor-desejo passional e caprichoso, feito de altos e baixos, de dores e prazeres, mas esse amor-amizade que chamamos hoje de ternura (BADINTER, 1985, p. 175).

Constata-se a partir de então a transição da mulher submissa à autoridade masculina para o respeito do companheiro. O amor e a felicidade passam a transformá-la em uma mulher doce, sensata e cuidadosa, observando-se aí, o desenho da caracterização do título de mãe carinhosa e zelosa que as mulheres deverão ter como propósito de vida.

Logo, a procriação agora passa a não ser apenas uma obrigação, mas também um símbolo do amor do casal. A maternidade, diante desse prisma, não mais é considerada como uma imposição, e cria-se a ideologia de que é o acontecimento mais invejável e doce que uma mulher pode desejar (BADINTER, 1985). Também, a amamentação agora não é mais pela necessidade física da mulher, e sim pelo prazer e a felicidade de alimentar a sua prole e receber sua ternura.

O discurso às mulheres

Esse discurso foi direcionado para as mulheres, que foram reconhecidas como responsáveis pela nação, pois a sociedade precisava que elas exercessem sua responsabilidade materna (BADINTER, 1985).

Os discursos anteriores não foram suficientes para que as mulheres mudassem o seu comportamento quando o assunto era a maternidade, e assim sendo, “seriam necessárias várias décadas, e muitas argumentações, sermões e requisitórios para que as mulheres se resolvessem, por fim, ‘a cumprir seus deveres de mãe’” (BADINTER, 1985, p. 182). Por isso, a autora alega que durante mais de um século, foram utilizados três tipos de argumentos para que o exercício pleno da maternidade fosse executado: o da natureza, o das promessas e o das ameaças.

Para o retorno à boa natureza, o argumento remete à função natural da maternidade. Badinter (1985) afirma que desde a Antiguidade haviam colocações moralistas para lembrar às mulheres sobre a vontade da natureza. Para muitos médicos do século XVIII, a amamentação era inerente à mulher, e negá-la seria uma afronta à natureza. A lei da natureza era a lei divina; portanto, “não era bom desobedecer a Deus”.

Moralistas desse tempo afirmavam que a natureza não havia dado seios à toa às mulheres e que o mesmo era um instrumento para a amamentação; e não com o objetivo de envaidecer-se ou de “extrair prazer de seus órgãos” (BADINTER, 1985, p. 183). Se tal argumento não fosse o suficiente, outra alegação era feita: a de que o leite continha às necessidades da criança, uma vez que a “natureza age de modo que as qualidades do leite sejam sempre adaptadas ao organismo desta” (BADINTER, 1985, p. 183). As mulheres que continuavam a negar a maternidade foram declaradas corrompidas pela “má sociedade”.

Houve, assim, uma tentativa constante de reforçar o caráter natural da maternidade, e por isso, as mulheres eram aconselhadas a imitar as atitudes dos animais, como as fêmeas, pois estas “obedeciam melhor aos impulsos da natureza” (BADINTER, 1985, p. 187). Diante desse prisma, o amor materno seria um instinto, e as mulheres deveriam agir enquanto tal. A maternidade, portanto, foi considerada intrinsecamente natural à mulher.

O estímulo à amamentação foi influenciado pelo discurso das promessas e das ameaças. Não amamentar significava dor, mau aspecto e a morte da mulher seria uma consequência do não uso do leite. Por outro lado, uma vez que o aleitamento era oferecido aos seus filhos, elogios quanto à pele e da beleza da lactante eram proferidos. Menciona-se ainda que quando a mulher se negava a aleitar, tudo de negativo que pudesse acontecer a seus filhos e maridos, a culpa seria dela; assim como o bem-estar do seu casamento. Ou seja, prometiam-lhe a glória, a felicidade e a beleza pela amamentação e ao mesmo tempo, ameaçavam-nas e culpabilizavam-nas pelas discórdias geradas ao seu entorno caso não o fizessem.

Assim, a maternidade, além de ser um objetivo a ser alcançado pelas mulheres, tornou-se um parâmetro ideal de feminilidade, estimulando mais ainda a responsabilidade feminina exclusiva pela reprodução:

[...] a feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico – a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. (KEHL, 1998, p. 58, apud EMIDIO; HASHIMOTO, 2008, p. 30).

À luz do que foi exposto acima, é possível entender que a maternidade foi induzida socialmente através de discursos direcionados a toda a população, mas, principalmente, para as mulheres. O sentimento de maternidade não é, portanto, “natural”, como foi construído e perpetuado pela sociedade ao longo do tempo. Tanto não é, que até os dias de hoje muitas mulheres não possuem o desejo de se tornarem mães.

Esse ideal foi construído por ameaças, repressões, assassinatos, torturas e perpetuado socialmente para que a mulher interpretasse a sua capacidade de dar à luz como uma dádiva da natureza a ser seguida fielmente. Portanto, o instinto materno

é um mito que contempla a concepção de um amor incondicional de mãe. Assim, Badinter (1985) afirma:

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional. (BADINTER, 1985, p. 367).

Devido a essa concepção de “naturalidade”, o trabalho que as mulheres desempenham no cuidado da casa e dos filhos, ou seja, da produção da vida, passa a não ser considerado como um trabalho, como visto anteriormente. A maternidade é realizada intencionalmente – ainda que motivada por sentimentos.

Assim, Mies (2016, p. 840) aponta que o relacionamento entre mãe e filho “não é interpretado como uma interação consciente de uma pessoa com a natureza, mas como um ato da própria natureza, que gera plantas e animais sem ter autocontrole sobre esses processos”. Ou seja, essa concepção de naturalidade procura ser legitimada em todas as esferas sociais em que a mulher atua. Se estiver “ligado” ao corpo, então, “é” da natureza.

Maria Mies (2016) refuta essa proposta e afirmação de que a relação do ser humano com a natureza não seja produtiva, como os animais; o que vai de encontro com a teoria de que a mulher deveria se inspirar na fêmea para reproduzir e assumir seu “instinto maternal”. Segundo a autora,

deve-se observar que a totalidade do corpo das mulheres é tido como produtiva, não apenas suas mãos ou sua cabeça. Por meio do seu corpo elas produzem novas pessoas, bem como seu primeiro alimento. É de suma importância para nosso questionamento que a relação entre dar à luz e amamentar seja vista como uma atividade histórico-social verdadeiramente humana, isto é, consciente (MIES, 2016, p. 845).

Para ilustrar que a inserção feminina na esfera privada não é algo inerente à natureza da mulher, a mesma autora afirma também que as mulheres não só foram as inventoras da primeira economia produtiva através da agricultura como também iniciaram as primeiras relações sociais, que eram as relações entre mães e filhos, que foi, posteriormente, constantemente interpretada em uma visão biologista de “instinto materno”, remetendo a mulher ao reino da natureza (MIES, 2016).

O “instinto de maternidade” assim como as concepções do papel do pai, que provê a subsistência da família, e o da mãe, que se empenha na educação da criança,

foram naturalizados. Mas, ainda que atualmente possa ser observada certa mudança do que se é esperado desses atores sociais, Botton afirma que

a maternidade permanece cercada por uma série de mitos, deveres e prerrogativas, assumindo um papel de maior relevância se comparada à paternidade. A mãe segue sendo vista como única e insubstituível, ao passo que o pai pode ser o biológico, o de criação, o adotivo, ou mesmo o companheiro da mãe (BARROS, 2005; REIS, 2010, apud BOTTON, 2015, p. 48).

De acordo com o que foi exposto na presente seção, podemos concluir que o desejo pela maternidade não é um sentimento inerente e intrínseco à natureza feminina. Portanto, o “instinto materno” foi um ideal imposto às mulheres para que as mesmas assumissem sua capacidade reprodutiva e cuidassem dos seus filhos, contribuindo para a reprodução futura de mão de obra para a maquinaria econômica.

A maternidade enquanto uma única ambição a ser contemplada envolveu e envolve até hoje uma série de mitos reforçados pela sociedade, que precisaram ser incluídos massivamente nos discursos para que as mulheres aceitassem restringir a própria liberdade em prol dos filhos. E foram com os movimentos feministas que essa “necessidade” pela maternidade enquanto uma meta de vida e satisfação feminina foi desconstruída.

No entanto, é preciso se atentar para o fato de a concepção da construção desse sentido de maternidade foi direcionado a um tipo de mulher: à mulher branca das sociedades industriais.

3.2 Maternidade das mulheres negras

3.2.1 Mulher negra, escravidão e família

Dado que a construção histórica da sociedade foi estruturada em um sistema escravista e explorador, é necessário que façamos uma análise sobre a inserção das mulheres negras nesse sistema de trabalho compulsório e suas implicações na realização da maternidade, que refletem nas práticas maternas pós-abolicionismo. Afinal, o mesmo processo da realização da maternidade não possui os mesmos significados quando posto em foco a experiência das mulheres negras na trajetória das sociedades.

Os discursos proferidos para que as mulheres brancas aceitassem a sua maternidade enquanto um objetivo de vida não foram os mesmos proferidos às mulheres negras. Aliás, não houve nenhum tipo de discurso proferido às mulheres negras sobre a aceitação da maternidade, uma vez que, por causa da escravização, assim como todo escravizado, não tinham nenhum direito sobre o seu corpo. Eram os donos de escravizados que tinham tais poderes.

Se a sociedade patriarcal e machista não abria espaço para a participação plena das mulheres brancas na esfera pública através do trabalho, por exemplo, o mesmo não aconteceu com as mulheres negras. Elas foram destituídas de todo o poder que tinham sobre seus corpos e seus possíveis planos de vida ao serem escravizadas, sendo obrigadas a trabalhar compulsoriamente sem nenhuma recompensa nas lavouras. Trabalhavam tão pesado quanto o homem negro, e como verifica Collins, “os papéis de gênero foram moldados da mesma forma sob a escravidão. As mulheres negras geralmente executavam o mesmo trabalho que os homens” (COLLINS, 2000, p. 50, tradução nossa)¹². Nesse sentido, “a opressão das mulheres era idêntica à dos homens” (DAVIS, 2016, p. 25), e não existia a percepção de que a mulher negra era o “sexo frágil”.

Em outro sentido, as mulheres negras também eram oprimidas por serem mulheres, e essa opressão era seletiva. Se por um lado elas eram exploradas igualmente ao homem enquanto uma mão de obra escravizada e não recebiam nenhuma “regalia” por serem mulheres, por outro, seus sistemas reprodutivos eram considerados como uma “mina de ouro” para a lucratividade do sistema escravagista.

No que diz respeito à opressão seletiva, em “Mulheres, raça e classe”, Angela Davis (2016), analisando os efeitos que a escravidão teve na trajetória das mulheres negras dos Estados Unidos, alega que

as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

¹² “Gender roles were similarly shaped under slavery. Black women generally performed the same work as men” (COLLINS, 2000, p. 50).

Já em relação ao sistema reprodutivo dessas mulheres, o mesmo passou a ser supervalorizado quando a proibição do tráfico de escravos passou a interferir nos negócios dos donos de escravos. Visando o aumento nos lucros e na garantia de futura mão de obra escravizada, essas mulheres foram forçadas a procriar para manter esse sistema. Assim, quanto mais escravizados pudessem reproduzir, maior seria a valiosidade dessas escravizadas. O que não significava que seriam tratadas de forma diferente e melhor, uma vez que “a exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas” (DAVIS, 2016, p.25).

O discurso que igualava a mulher à natureza por sua capacidade de reproduzir para aceitar a maternidade proferida às mulheres brancas diferia da realidade das mulheres negras. A mulher negra era vista enquanto um animal – como todas as pessoas negras – e sua capacidade de reprodução era meramente para reproduzir escravos. Ela não era considerada enquanto mãe e não detinha direitos legais sobre os seus filhos, que eram vendidos pelos seus donos, independentemente de haver ou não laços afetivos (DAVIS, 2016).

Consideradas “de mule uh de world” ¹³ (COLLINS, 2000, p.45), as mulheres negras foram as mais exploradas, tanto como mão de obra, quanto sexualmente, reprodutivamente e fisicamente; sem contar o quão psicologicamente foram afetadas. As escravizadas eram muito mais lucrativas que a mão de obra masculina no geral. E por isso, houve uma grande quantidade de mulheres negras trabalhando forçadamente como animais de carga nas minas do sul da Inglaterra, durante a industrialização britânica, como pode ser visto através da descrição de Marx em O capital, veja:

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo (MARX, 1965, p. 415 apud DAVIS, 2016, p. 29).

Isso, portanto, reforça a interpretação de que as mulheres negras são as mulas do mundo, como foi sinalizado por Patricia Hill Collins (2000). Ou seja, a desumanização da mulher negra se deu em todas as esferas da sua vida, não sendo direcionada unicamente para o intuito da procriação.

¹³ “As mulas do mundo” (HURSTON, 1937, p. 16 apud COLLINS, 2000, p. 45, tradução nossa).

Enquanto um instrumento de reprodução, as escravizadas eram vistas como um objeto e inúmeras vezes foram violentadas sexualmente por seus donos. Ainda que biologicamente muitos desses homens fossem pais das crianças frutos desses estupros, não existia a relação e nem o reconhecimento de pai e filho, mas sim, de dono e escravo.

Ao contrário da visão desumanizadora, objetificadora e infantilizada que se tinha dos escravizados, suas escolhas em relação à formação das suas famílias desafiavam o pensamento racista hegemônico direcionado a eles. Através de um estudo realizado por Hebert Gutman (1976 apud DAVIS, 2016) sobre as famílias dos escravizados, o autor aponta que os mesmos formavam seu núcleo familiar conscientemente. E que, dentro da possibilidade de suas escolhas, quando a família não era separada através da venda de seus entes,

As escolhas cotidianas feitas por escravos e escravas – como manter o mesmo cônjuge por muitos anos, dar ou não à criança o sobrenome do pai, assumir como esposa uma mulher com filhos de pais desconhecidos, dar a crianças recém-nascidas o nome de um pai, uma tia ou um tio, um avô ou uma avó e dissolver um casamento incompatível – contradiziam em comportamento, e não em retórica, a poderosa ideologia que via a escrava e o escravo como uma eterna “criança” ou um “selvagem” amansado. [...] Seus arranjos domésticos e suas redes de parentesco, em conjunto com as comunidades ampliadas que nasciam desses laços primordiais, deixavam claro para suas crianças que escravos e escravas não eram “não homens” e “não mulheres” (GUTMAN, 1976, p. 356 apud DAVIS, 2016, p. 33).

A gestação das escravizadas oferecia uma certa segurança de que elas não seriam vendidas para outros donos, assegurando por maior tempo a sua vinculação com seu respectivo dono, e dessa forma, existindo a perspectiva de continuar a manter suas relações familiares-afetivas.

No que tange ao cuidado da “casa”, diferentemente da família burguesa branca em que é dado à mulher o papel de cuidar, a mulher negra não era diminuída por “suas funções domésticas” (DAVIS, 2016, p.34). Assim, em função do “funcionamento” da comunidade escrava, o cuidado doméstico não era realizado como uma obrigação imposta pela sociedade, mas tinha uma centralidade importante na vivência dessas mulheres nessas famílias, com a participação de todos os componentes familiares. Havia uma igualdade de funções em relação aos seus companheiros e, desse modo, Angela Davis (2016) diz que

No infinito anseio de prover as necessidades de homens e crianças ao seu redor [...], ela realizava o *único* trabalho da comunidade escrava que não podia ser direta ou mediatamente reivindicado pelo opressor. Não havia compensações pelo trabalho na lavoura, que de nada servia aos propósitos dos escravos. O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...]

Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à *sobrevivência* da comunidade (DAVIS, 1971 apud DAVIS, 2016, p. 34, grifos da autora).

O ponto de apoio da família negra era a comunidade escravizada. E No que diz respeito ao cuidado das crianças, o papel da comunidade foi central para o seu desenvolvimento, suprimindo a “ausência” das mães, que eram forçadas a trabalhar, impossibilitadas de direcionar uma atenção maior e mais dedicada para seus filhos.

Patricia Hill Collins (2000) também menciona sobre essa comunidade, que substituiu o cuidado centralizado apenas em uma mulher para o cuidado de várias mulheres para várias crianças. Note-se que a imagem do cuidado, mesmo dentro da comunidade escrava, tem como figura principal, a mulher.

No entanto, de acordo com a autora, ainda que a centralidade do cuidado da mulher nessa família ou comunidade seja identificada, não se pode dizer que tal instituição seja matriarcal ou dominada pelas mulheres (COLLINS, 1989; DICKERSON, 1995 apud COLLINS, 2000). Mas também, não é possível dizer que era dominada pelos parceiros, pois “as posições de homens e mulheres afro-americanas na economia política escravista tornaram improvável que a dominação patriarcal ou matriarcal pudesse criar raízes” (COLLINS, 2000, p. 52, tradução nossa)¹⁴.

Num contexto de extrema violência para a população negra em geral, e em especial à mulher, apreciar a maternidade não era uma opção para as mulheres negras, pois muitas gestações foram resultado de violências sexuais. Portanto, o discurso de aceitação da maternidade difundido para as mulheres brancas não tinha utilidade no cotidiano das escravizadas, que por serem consideradas como animais, desconsideravam que essas mulheres poderiam possuir sentimentos.

Nessa conjuntura de violência, ter filho não significava felicidade e glória, como foi difundido pela ideologia burguesa, pelo contrário: significava dor. Dor de gerar um

¹⁴ “African-American men’s and women’s positions within slave political economies made it unlikely that either patriarchal or matriarchal domination could take root” (COLLINS, 2000, p.52).

filho fruto de uma violência, dor de ter a possibilidade de vê-lo sendo vendido, dor de saber que ele sofreria fisicamente, dentre outras atrocidades nas quais ele passaria durante sua vida.

Dentro dessa perspectiva de sofrimento, a mulher negra não tinha a oportunidade plena de tornar-se mãe efetivamente.

Dessa forma, os abortos autoinduzidos e os infanticídios eram ocorrências comuns durante a escravidão. Logo, Angela Davis (2016, p. 219) afirma que esses eram atos de desespero motivados “pelas condições opressoras da escravidão”. Ao mesmo tempo, a prática do infanticídio podia ser vista também como um ato de resistência (HINE; WITTENSTEIN, 1981 apud COLLINS, 2000, p. 69).

3.3 Emancipação e Comunidade Familiar

Com a emancipação e abolição da escravatura, o cenário dos recém-libertos não se alterou bruscamente. A violência e exclusão continuaram as mesmas. Mas se antes, apesar do trabalho forçado, eles tinham comida garantida, agora, para ter o seu alimento de cada dia, seria preciso competir por um espaço no mercado de trabalho.

Desse modo, expondo a ideia de Cooper, Collins (2000) menciona que a sociedade pós-emancipação não apenas buscou conectar o racismo com a exploração econômica, como usou da violência para manter os dois. Também, definiu que a vida em sociedade seria direcionada para o homem. Assim, se a dificuldade dos homens negros de competirem no mercado de trabalho com os homens brancos era evidente tanto na oferta de emprego quanto no valor dos salários, para as mulheres negras, essa discriminação era profunda. Collins (2000) argumenta que para elas, a renda era necessária, independentemente se estivesse em pé de desigualdade financeira com o seu parceiro, pois assegurar a renda familiar era fundamental.

Em relação à família, a resistência das comunidades familiares oriundas do sistema escravocrata resultou na dinâmica de solidariedade das famílias extensas (COLLINS, 2000). Consequentemente, o cuidado da família não se centralizou na figura da mulher, pois era um dever compartilhado por todos. Entretanto, quando a participação do homem nas despesas financeiras era inviável devido a um possível desemprego, isso significava que esse fardo recaía sobre a mulher.

No estudo de Collins (2000), que tem como contexto de análise os Estados Unidos, a autora atesta que mesmo após a emancipação a maioria das famílias negras permaneceu no sul do país, e assim, no que tange ao trabalho realizado pelas mulheres, a autora sustenta que duas foram as de maior inserção: o trabalho no campo, e o trabalho doméstico.

Com possibilidades limitadas de escolhas de trabalho, o cenário permaneceu o mesmo, com a diferença de que agora as mulheres negras receberiam salário pela sua mão de obra. Mas não o suficiente para sustentar toda a família, contribuindo para a perpetuação da pobreza dos segmentos da população negra. Muitas, inclusive, eram mães-solo, e a dificuldade de manter financeiramente uma família repercutiu incisivamente nesses núcleos familiares, aumentando ainda mais a vulnerabilidade sócio-econômica.

A perspectiva de outro tipo de trabalho não variou muito para as mulheres negras, e o trabalho doméstico continuou a ter essas mulheres como perfil de trabalhadora. Além disso, buscava-se aquela que seria submissa aos seus empregadores, e serventes obedientes (COLLINS, 2000), reforçando ainda mais as semelhanças do trabalho escravo e do novo trabalho doméstico. No entanto, apesar da exploração, o novo tipo de trabalho doméstico caracterizado como “day work”, que seria um trabalho situado em um turno, permitia que mulher passasse mais tempo com sua família. Diferente daquele caracterizado como “live-in”, onde as empregadas domésticas “moravam” nos seus locais de trabalho (COLLINS, 2000). Assim, a rede de apoio dessas mulheres negras foi vital para a continuidade de sua inserção no mercado de trabalho para o sustento de suas famílias:

A rede cooperativa que essas mulheres criaram durante a escravidão e que sustentaram no Sul rural sempre perdurou. As trabalhadoras domésticas negras que andavam de ônibus juntas compartilhavam informações importantes que eram essenciais para suas sobrevivências. Em ocasião, elas tentaram sindicalização. (Terborg-Penn 1985). Vizinhas tomavam conta de filhos de outras e igrejas normalmente formavam o núcleo de muitas atividades comunitárias de mulheres negras (Clark-Lewis 1985; Dill 1988^a apud COLLINS, 2000, p. 58, tradução nossa)¹⁵.

¹⁵ The cooperative networks that these women created under slavery and that they sustained in the rural South often endured. Black women domestic workers who rode buses together shared vital information essential to their survival. On occasion, they attempted unionization (Terborg-Penn 1985). Neighbors took care of one another's children, and churches typically formed the core of many Black women's community activities (Clark-Lewis 1985; Dill 1988a apud COLLINS, 2000, p. 59).

O tratamento que os empregadores davam a essas empregadas domésticas era basicamente o mesmo dado durante a escravidão. O regime escravocrata poderia ter acabado, mas os reflexos ainda seriam vistos fortemente por muito tempo. Assim, condutas de discriminação racial e de gênero eram marcadas, e uma vez que os corpos das mulheres negras eram objetificados, os mesmos eram passíveis de exploração tanto física, quanto psicológica.

A sociedade racista, portanto, não poupou esforços no aspecto de criar imagens direcionadas a essas mulheres, contribuindo ainda mais para a perpetuação do preconceito.

Essas “imagens de controle” (COLLINS, 2000) criadas foram fundamentais na discriminação da mulher negra, criando um estigma da sociedade para com esse setor populacional, além de interferir negativamente no aspecto do exercício da maternidade. Dessa maneira, como afirma Collins (2000), “essas imagens de controle são designadas para fazer o racismo, sexismo, pobreza, e outras formas de injustiças sociais parecerem ser naturais, normais, e partes inevitáveis da vida cotidiana” (COLLINS, 2000, p. 69, tradução nossa)¹⁶.

3.3.1 Tipos de mães e significados para a sociedade

Essas imagens de controle são fundamentais na discriminação da maneira em que as mulheres negras exercem a sua maternidade, uma vez que interfere na sua vida privada. No que diz respeito sobre as mulheres brancas, no geral, elas cuidam dos seus filhos à sua maneira. Mas quando o assunto é sobre a prática do cuidado da mulher negra para com seus filhos, a crítica e penalização da sociedade é muito maior, uma vez que suas atitudes, performances da sexualidade e até mesmo a utilização de serviços sociais são fatores passíveis de julgamento.

Pode-se dizer que os “tipos” de mães em que a sociedade racista e sexista define as mulheres negras são diversos, e são fatores determinantes para a definição dessas mulheres enquanto mães boas ou mães ruins. Por isso, Patricia Hill Collins (2000) fez uma caracterização dos estereótipos nos quais se enquadram as mulheres negras. Estes são: mammy, matriarca, welfare mother, black lady e Jezebel.

¹⁶ “These controlling images are designed to make racism, sexism, poverty, and other forms of social injustice appear to be natural, normal, and inevitable parts of everyday life” (COLLINS, 2000, p. 69).

No que diz respeito à primeira caracterização, Collins (2000) aponta que as “mammys” são aquelas mulheres que possuem o perfil de serem serventes obedientes. Ou seja, o comportamento de todas as mulheres negras enquanto mães são avaliados pela sociedade de acordo com o que os empregadores definem como aceitável e ideal. E o ideal, é que essas mulheres cuidem muito bem dos filhos brancos de seus patrões – muitas vezes até melhor que os seus próprios filhos. Mas, ainda que ela seja amada por essas crianças e, de certa forma, respeitada por essas famílias, a mulher negra está inserida em um lugar de subordinação.

Em relação às “matriarcas”, essa outra imagem de controle é essencial na estigmatização da mulher negra que é mãe solo. Ao contrário das mammies, as matriarcas são vistas como um exemplo negativo de mãe a ser seguido. Elas seriam as mães ruins no sentido de que falharam em inúmeros aspectos na educação de seus filhos. Desse modo, contribuindo para os “problemas sociais na sociedade civil negra” (MOYNIHAN, 1965 apud COLLINS, 2000, p. 75, tradução nossa), são vistas como mulheres agressivas e masculinizadas por sua rejeição da submissão e de performance de seu papel de gênero. E por esse motivo, estariam solteiras. Além disso, o discurso seria que essas mulheres falharam na educação de seus filhos por passarem muito tempo longe de casa trabalhando.

No tocante à caracterização da “welfare mother”, refere-se àquela mãe que faz o uso de políticas e programas sociais, e só passou a ser propriamente uma imagem de controle quando as mulheres afro-americanas pobres passaram a demandar a equidade no acesso às políticas sociais. Têm-se essa caracterização pois utilizam da seguridade social, fazem empréstimos para a inserção na educação, usam as ações afirmativas, os programas sociais para crianças, dentre outros.

Se o uso de contraceptivos para as mulheres brancas era visto como um crime contra a natalidade, o mesmo não valia para as mulheres negras. Pois, o controle da fertilidade dessas mulheres passou a ser um cenário de debate, uma vez que o custo do sustento dessas famílias pelo Estado estava sendo oneroso para a sociedade. Para Collins (2000), a Welfare mother também é uma mãe ruim como a matriarca, mas a diferença era que ela não se abdicava dos ideais de feminilidade.

Acerca do estereótipo da “black lady”, são aquelas mulheres negras da classe média, que permaneceram nas instituições educacionais e tinham profissões com salários mais elevados que as outras classes. Mas não diferente, também tem uma grande carga de trabalho, assim como todas as outras mulheres trabalhadoras

negras, e por competirem no mercado de trabalho com os homens, acabaram se tornando “menos femininas”. Justamente por se dedicarem mais à profissão, “elas não tinham tempo para os homens ou tinham se esquecido de como tratá-los” (COLLINS, 2000, p. 81, tradução nossa). Assim, ainda que possam ter um alto grau de instrução, suas competências profissionais são passíveis de questionamento, uma vez que são mulheres e negras.

Para “Jezebel”, essa caracterização de estereótipo talvez seja a que mais contribuiu para a construção da objetificação e hipersexualização da mulher negra, a tratando enquanto ser desviante.

Esse estereótipo, de acordo com Collins (2000), se originou no sistema escravocrata, quando as mulheres negras eram retratadas como sexualmente agressivas, abrindo espaço para a realização e justificação dos abusos sexuais praticados pelos homens brancos. Destoante do comportamento moral e sexual da burguesia, principalmente das mulheres brancas, essa ideia de que as mulheres negras eram insaciáveis gerou um estigma que era massacrado pela sociedade moralista, e que foi a mesma que criou esse imaginário. Mulheres negras caracterizadas de acordo com esses estereótipos eram consideradas como mães ruins diante da sociedade.

Todas essas imagens de controle influenciam fortemente na percepção que a sociedade racista e machista tem da mulher negra. Na tentativa de controlar a sexualidade dessas mulheres, esses “tipos” de mães segregam socialmente as mulheres negras e violam sua privacidade. Inseridas em uma sociedade que precisa etiquetar suas atitudes, essas mulheres são controladas e se veem diante de uma opressão interseccional, que mina todas as possibilidades de trilharem suas trajetórias livremente.

Como foi falado anteriormente, o mito do instinto materno foi desenvolvido como estratégia para impor às mulheres a aceitação da maternidade e para que cuidassem dos seus filhos para a reprodução de futura mão de obra. Tal discurso afetou e afeta até hoje a vida de todas as mulheres, ainda que indiretamente, independentemente da classe social. No entanto, esse reflexo tem peso diferente quando direcionado à determinada classe social e racial.

Quando direcionado às mulheres brancas das sociedades industriais, o discurso foi incisivo no sentido de que a maternidade fazia parte da natureza feminina, e a felicidade que isso trazia era inigualável. A oportunidade de ter autoridade maior

em pelo menos um aspecto da vida era o desejo de grande parte dessa população feminina e foi de grande importância na esfera privada dessas famílias.

Quando colocamos em foco as classes trabalhadoras nas sociedades de origem colonial, essa realidade é diferente. Principalmente quando essa classe trabalhadora é de mulheres negras. E se a não aceitação da maternidade pelas mulheres brancas significaria que elas seriam a causa de toda negatividade que cerceasse suas famílias, para as mulheres negras, a situação era outra. Portanto, oprimidas pelas relações de raça, classe e gênero, essas mulheres negras, independentemente do quanto se esforcem para ser boas mães, a sociedade racista encontra uma maneira de depreciá-las.

Esbanjar sexualidade é inaceitável de acordo com os padrões moralistas da sociedade, mas a falta dela também implica na percepção que as pessoas têm delas enquanto mulheres e enquanto mães. Se elas trabalham muito para cuidar dos filhos das mulheres brancas e “pecam” na educação dos seus, são mães ruins. Se solteiras, o julgamento da sociedade também não é mais leve. Desse modo, a comunidade/família extensa é um fator fundamental para que essas mulheres possam trabalhar fora, mas não é o suficiente para que superem a condição de pobreza, visto que as condições de educação, emprego e renda ideais não são completamente acessíveis a essas mulheres.

A narrativa do instinto maternal é socialmente construída com vistas à universalização desse discurso, assim como é um pressuposto de que o amor maternal seria sentido por todas as mulheres. No entanto, não é capaz de representar igualmente todas as mulheres, visto que nem todas possuem o desejo de serem mães.

Além disso, esse mito serve para influenciar a feminilidade das mulheres, e se altera quando é direcionado para determinado setor populacional. Essa diferença das relações maternais, portanto, exemplifica e atesta que o instinto maternal é uma construção social. Dessa forma, ainda que esse mito se pretenda enquanto um discurso universal, na prática, o mesmo não o é.

3.4 Movimentos feministas e suas contribuições para a tomada de consciência corporal feminina

O feminismo é um movimento que surgiu no século XIX em defesa da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Tal movimento tem uma grandiosa

participação na defesa do uso de métodos contraceptivos, além de sua importância no empoderamento feminino, sendo fundamental para o reconhecimento da participação das mulheres no âmbito da esfera pública.

Foi apenas no século XIX que as mulheres passaram a reconhecer e a demonstrar a suas questões quanto ao sistema de poder desigual em que estavam inseridas, e esse movimento foi denominado como Movimento Feminista. O feminismo, segundo Carla Garcia (2011), pode ser definido como

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2011, p. 13).

Essa tomada de consciência permite a mulher analisar criticamente todo o período em que era considerado como “natural dos sexos” a exploração, discriminação e desigualdade de poder naturalizado na sociedade ocidental por séculos a fio. E é nesse aspecto que se consiste a “capacidade emancipadora do feminismo” (GARCIA, 2011, p. 14).

O movimento feminista é caracterizado em 3 ondas, e cada uma possui demandas importantes objetivando a emancipação feminina. O conceito de “ondas” recebe muitas críticas, uma vez que pode-se levar a entender erroneamente que as demandas da primeira onda foram resolvidas antes de iniciar a segunda, além de correr o risco de ignorar que existiram outras demandas por outra parte de mulheres, como as não-brancas, que não se enquadravam dentro das reivindicações mais hegemônicas.

Dentre as reivindicações, a conquista pelo sufrágio universal, o direito de propriedade, direitos reprodutivos, liberdade sexual, dentre outros, fizeram parte da pauta de demandas dos movimentos feministas.

Tem-se que o feminismo foi introduzido no Brasil por Nísia Floresta com a publicação de suas obras “Conselhos à minha filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), e a tradução da obra de Mary Wollstonecraft, “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (1832), trazendo a crítica da situação da mulher brasileira na sociedade, com inspirações nos movimentos europeus, como a

Inglaterra, França e também dos Estados Unidos. Destaque-se, nessa época, há a ausência de registros das lutas das mulheres negras pela abolição da escravatura.

As sufragetes brasileiras conhecidas pelo movimento que demandou o direito pelo voto foram lideradas por Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Tal organização foi responsável pela campanha pública para a conquista do voto feminino em 1927, culminando na conquista desse direito no ano de 1932, no governo de Getúlio Vargas, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro, sem distinção de sexo, através do Decreto nº 21.076/32.

A segunda onda do feminismo mundial teve suas insinuações por volta dos anos 1960 nas universidades norte-americanas, num contexto gravídico de reivindicações de movimentos políticos da população para com os seus governos, como o estudantil e da juventude, movimento negro, revoltas operárias e por direitos civis. Tais revoltas desafiaram a sociedade conservadora da época e o movimento feminista encontrou inspirações críticas “para usar contra a dominação sexista da cultura, da sociedade, da produção, da política e da família em meio a essa contestação radical à sociedade e as tentativas de experimentar diferentes relações sociais e sexuais” (ARRUZZA, 2019, p. 61).

Arruzza (2019) alega que existiram dois traços característicos da segunda onda feminista. O primeiro constituiu-se na substituição da demanda pela igualdade com os homens pela recusa “a uma igualdade interpretada como submissão sexista ao modelo masculino” (ARRUZZA, 2019, p. 61).

A reivindicação pela igualdade e a participação da mulher na política e na sociedade já não era mais suficiente para a explicação da inferioridade do sexo feminino ao masculino, havendo a necessidade da crítica e desconstrução das estruturas políticas, sociais e culturais para o desvendamento da cultura patriarcal.

Outro traço característico foi a importante luta pela liberalização dos métodos contraceptivos e do aborto, contribuindo para a nova forma de pensar a sexualidade feminina – reprimida pela sociedade para a imposição da aceitação da capacidade reprodutiva – condenando a violência masculina.

Questiona-se e critica-se, nesse momento, a condição dada como natural aos corpos femininos como inferiores aos corpos masculinos e toda a construção social que restringiu a mulher nos interiores dos lares, baseado em determinantes biológicos. O estudo sobre essas relações assimétricas de gênero foi fundamental para a instrumentalização teórica da luta feminina.

Ainda que as mulheres do movimento feminista estudassem sobre a condição de “natureza” da mulher e lutasse por direitos políticos, civis e jurídicos, essa era uma luta de mulheres brancas de classe média, que refletiam sobre as suas vivências enquanto mulheres. Durante muito tempo, suas reivindicações foram entendidas como um anseio de todas as mulheres, indistintamente.

No entanto, haviam outras parcelas de mulheres que estavam submetidas a uma opressão de outra ordem, que eram as mulheres negras.

As mulheres negras requisitavam outras frentes de luta. O Movimento Negro não as contemplava em todas as suas demandas, assim como o Movimento Feminista também não. A luta contra o racismo estrutural e contra a opressão às mulheres não era suficiente frente a sua condição de mulheres negras, que era e ainda é perpassada por diversos preconceitos. Eram oprimidas por serem negras, e também por serem mulheres.

Essa manifestação tem Sojourner Truth como uma figura de grande importância na luta das mulheres negras. Escrava liberta do estado de Nova York, Sojourner foi importante voz na luta pelo sufrágio e foi a primeira negra que participou da Primeira Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres em 1850, e através de seu discurso na Convenção de Akron, pôde apresentar o ponto de vista das mulheres negras, dando visibilidade para demandas que estavam veladas:

Creio que com esta união dos negros do sul e das mulheres do norte, todos falando de direitos, os homens brancos estariam com grandes problemas bem rapidamente. Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas a mim ninguém me ajuda a subir em carruagens, nem me deixam o melhor lugar. Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? (...) tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher? (SCHENEIR, 1972, p. 94 apud GARCIA, 2011, p. 59).

Essa fala demonstra que a opressão dessas mulheres é determinada pela conjunção de dois fatores (mas não os únicos): o de raça e o de gênero. Esse discurso foi de máxima importância para a luta das mulheres negras, que denunciavam que a tal debilidade natural feminina era uma falácia convenientemente disseminada pela sociedade racista e patriarcal.

Truth, diz Garcia (2011, p. 60), “fazia sua reivindicação apelando a critérios universalistas, ou seja, não falava sobre diferença, mas sobre igualdade. [...]

Reivindicava seus direitos não como negra, mas sim como mulher, como não era reconhecida”.

O feminismo negro foi sendo difundido dentre as feministas norte-americanas nos anos entre 1970 e 1980 no que diz respeito à produção acadêmica. Mulheres como a própria Sojourner Truth, Angela Davis, Patricia Hill Collins e bell hooks foram grandes protagonistas na defesa do movimento das mulheres negras.

Quando se fala do feminismo negro, fala-se também sobre a interseccionalidade. Tal termo foi cunhado pela professora norte-americana Kimberlé Crenshaw, e é definido da seguinte forma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177 apud ASSIS, 2019, p. 20).

Assis (2019) aponta que Crenshaw discute sobre o risco da invisibilidade interseccional, uma vez que as perspectivas que consolidaram uma hegemonia dentro dos debates de gênero e classe naqueles contextos não dialogavam com a opressão de raça como categoria estruturante de suas reflexões, e utiliza dois conceitos: superinclusão e subinclusão.

A superinclusão dá-se quando é “subentendido” que a categoria de gênero engloba a todas as mulheres, como se todas fossem vítimas do mesmo tipo de opressão. No que concerne à subinclusão, Crenshaw “aponta que, por vezes, se configura um processo de subinclusão, que ocorre quando as questões de algumas mulheres não são vistas como problemas de gênero por não serem problemáticas relativas as mulheres do grupo hegemônico” (CRENSHAW, 2002 apud ASSIS, 2019, p. 21).

Na interseccionalidade, as discriminações sofridas pelas mulheres negras não são isoladas, e sim, interligadas. Elas não são discriminadas por serem mulheres *ou* negras, mas sim, por serem mulheres e negras, além de fatores dependentes de sua condição social, regionalidade, sexualidade, deficiência, idade, dentre outros (CRENSHAW, 2004).

Na década de 1970 no Brasil, a movimentação das mulheres para a discussão de suas demandas enquanto mulheres conscientes da sua “subordinação natural” aos homens se deu através de grupos de reflexão, inspirado nos moldes norte-americanos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Céli Regina (2003) aponta que o primeiro grupo reflexivo foi criado em São Paulo, em 1972, por iniciativa de mulheres que haviam tido contato com o movimento feminista nos Estados Unidos e Europa. Participavam mulheres intelectuais de esquerda, profissionais e mulheres de meia-idade. No Rio de Janeiro, o grupo informal agregava amigas e um grupo católico. Inicialmente, discutia-se a literatura relacionada a mulheres, e em 1973, grupos de mulheres mais jovens passam a discutir sobre sexualidade e assuntos inspirados nessa temática.

A questão do sexo e da sexualidade foi amplamente discutida pelas feministas (também por aquelas que não se reconheciam enquanto tal) nesses grupos de reflexão. Esse assunto deixava progressivamente de ser considerado um tabu para ter lugar nas reivindicações feministas.

As mulheres, há muito, foram destituídas do conhecimento sobre o próprio corpo e da própria sexualidade. Questões sobre o prazer feminino foram negligenciadas pela sociedade e também pelas mulheres, que foram educadas a proporcionar o prazer para o homem, ignorando que o corpo feminino também é capaz de sentir prazer, e que o ato sexual também pode ser realizado para a satisfação de necessidades biológicas, e não apenas pela função de reprodução.

Assuntos como a diferença dos corpos femininos e masculinos, sobre a experiência da menstruação e do aborto, dentre outros, se faziam presente nos encontros (PEDRO, 2015). Veja uma fala narrada por Branca Moreira Alves, em uma das conversas de um grupo de reflexão:

Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: “Eu nunca gozei”, a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga minha me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair no clitóris e aí foi o meu primeiro orgasmo. Isso aos 35 anos. Essa amiga disse: “Se você não sabe o que é orgasmo então vai saber”. Me botou lá deitada com a água no clitóris e fechou a porta e disse: “Vou ficar aqui te esperando, fica aí”. Aí, quando deu o orgasmo eu tremi toda e saí de perna bamba, ela ficou rindo; “É, conseguiu”. Foi uma revelação. (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 55 apud PEDRO, 2015, p. 242).

O advento da pílula como um método contraceptivo foi fundamental para a liberdade sexual feminina, disponível no mercado desde a década de 1960 (PEDRO,

2015). Esse novo método anticonceptivo permitiu a volta do controle dos corpos femininos pelas suas donas, que puderam controlar e planejar sua reprodução para quando e quantos filhos desejavam ter, e se desejavam ter.

Com o surgimento de projetos de profissionalização para a mulher, este se tornou uma das principais ferramentas da emancipação feminina. Agora havia a liberdade de escolha profissional e a maternidade já não era mais a principal função a ser seguida pela mulher. Concomitantemente, a atividade sexual passou a ser pensada não apenas como um fator de reprodução e prazer masculino, sendo implementadas discussões sobre o prazer feminino. Além disso, a questão do aborto foi muito discutida, mas ainda é muito reprimida, trazendo debates complexos até os dias de hoje.

Resumidamente, a maternidade deixou de ser um ideal e padrão de sensualidade feminina, tornando-se um desejo pessoal, e não obrigação. A sexualidade também passou a ser interpretada como uma performance não condicionada à maternidade e os métodos contraceptivos foram um dos principais meios de emancipação feminina.

O feminismo no Brasil, portanto, dentre outras demandas, foi essencial para a libertação das mulheres. Essas começaram a se dedicar a conhecer o seu corpo, além de performarem sua sexualidade independente da maternidade. Outras questões foram levantadas, como o advento da pílula anticoncepcional, por exemplo, que foi um aliado das mulheres para a regulação da fertilidade. Por fim, salientamos que até os dias de hoje essas questões são criticadas pela sociedade patriarcal e machista, que ainda não é capaz de aceitar completamente as novas determinações femininas.

4 A ESTERILIZAÇÃO FEMININA VOLUNTÁRIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

4.1 *Lei do Planejamento Familiar e a esterilização feminina*

A partir do debate realizado nos capítulos anteriores, podemos sinalizar alguns pontos importantes na nossa análise: o papel designado ao sexo biológico na sociedade euro-ocidental é construído socialmente, e essa construção é marcada pela estrutura patriarcal e machista. Tais sociedades estruturadas nesse sistema são influenciadas pelo sistema heteronormativo de conduzir as experiências e relações sexuais, além de designar as mulheres às dimensões ligadas ao cuidado e à reprodução da vida.

O segundo ponto que nos chama atenção é como a construção do mito do instinto materno foi enraizada nas estruturas ideológicas que mantêm influência nos discursos moralistas até os dias atuais. E como essa experiência de maternidade foi construída de forma diversa e peculiar para as mulheres negras. A grosso modo, como esses discursos conduziram para que o cuidado da prole recaísse predominantemente sobre a mulher.

Também, nos chama atenção a importância que os movimentos feministas obtiveram na retomada de consciência feminina, empoderando suas decisões e atitudes, demandando políticas que incluíssem as mulheres enquanto cidadãs e recobrando o domínio sobre seus corpos e sexualidade. Além disso, o surgimento dos métodos contraceptivos modernos foi essencial para o planejamento reprodutivo das mulheres, que agora podem decidir quando, quantos e se querem ter filhos.

Dando prosseguimento, para falar sobre a regulação da fertilidade da mulher no Brasil, é necessário estar atento à complexidade sócio-econômica do país, da condição da mulher enquanto subordinada dentro das relações sociais binário-generificadas e a opressão interseccional em que ela está inserida. Esses interferem na escolha dos métodos contraceptivos para a regulação da sua fertilidade, e as análises anteriores foram fundamentais para situarmos a opressão sofrida pelas mulheres no cotidiano.

Atualmente no Brasil existe a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 que diz respeito ao Planejamento Familiar, entendido no Art. 2º como “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou

aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 1996). Embora regulamente sobre a assistência à concepção e contracepção ofertadas pelo SUS, dentre outros, o serviço de maior fornecimento e procura são os métodos contraceptivos, e em especial, aquele que limita a fertilidade de maneira definitiva, como a laqueadura tubária (LIMA, 2010, p. 15).

A referida lei regulamenta sobre a esterilização cirúrgica voluntária enquanto método contraceptivo, sendo realizada através da laqueadura tubária e a vasectomia, ou outro método cientificamente aceito. De acordo com a lei, estas cirurgias só podem ser realizadas por homens e mulheres com capacidade civil plena, maiores de 25 anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, ou quando há risco de vida ou à saúde da mulher e do futuro concepto. Além disso, só é autorizada a laqueadura ou vasectomia se transcorrido um período mínimo de 60 dias entre a manifestação do desejo e a data da cirurgia, com aconselhamentos multidisciplinares que visam desencorajar a esterilização.

Como analisamos anteriormente, na sociedade euro-ocidental o cuidado com a casa, família e a responsabilidade pela reprodução é um domínio quase exclusivo das mulheres. Tornou-se senso comum, “se é a mulher quem possui útero e engravida, então é dever e responsabilidade dela garantir a contracepção e evitar uma gestação não planejada”. Nesse contexto, ignora-se que a concepção seja fruto de uma relação sexual entre um homem e uma mulher. Nogueira *et al* (2018) afirmam que essa visão é construída socialmente e culturalmente e que

O comando da mulher sobre a própria fecundidade é considerado um dos grandes alicerces do processo de empoderamento, recaindo, conseqüentemente, sobre o ser feminino as decorrências de uma possível gravidez indesejável, sendo inevitável que ela assuma o compromisso da contracepção (NOGUEIRA *et al*, 2018, p. 246).

Sendo assim, podemos ver a existência de uma gama de métodos contraceptivos centralizados para o uso feminino, como as pílulas anticoncepcionais e emergenciais, dispositivo intra-uterino (DIU), diafragma, preservativo feminino e laqueadura tubária, enquanto que para os métodos contraceptivos masculinos, existem o preservativo masculino e a vasectomia. Perceptivelmente, a sociedade impõe a mulher como principal responsável pela contracepção (LIMA, 2010).

Em um estudo realizado pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) em 2006, a esterilização feminina, em comparação com

a pesquisa de 1996, manteve-se como o método mais frequentemente utilizado, consistindo em 29%, seguida pelo uso da pílula, com 25%, e pelo preservativo, com 12%. Em comparação, a opção pela vasectomia como método contraceptivo representa apenas 5% das escolhas.

Tal estudo também mostra um recorte sócio econômico, apontando que a esterilização feminina foi o método contraceptivo mais utilizado por mulheres com baixa escolaridade e renda. Segundo Perpétuo e Wajnman,

[...] as evidências sobre a história reprodutiva e contraceptiva pré-esterilização e da percepção por parte da mulher quanto à adequação da esterilização ao seu desejo indicam que melhores níveis de renda e educação estão relacionados a melhores “condições de esterilização”, ou seja, nos grupos sociais mais privilegiados, a mulher se esterilizaria ao alcançar o seu número ideal de filhos, após ter tido a oportunidade de planejar sua prole através de métodos temporários. Nos estratos socioeconômicos mais baixos, ao contrário, uma parcela substancial de mulheres se esterilizaria sem ter usado nenhum outro método anticoncepcional, com um número maior de filhos que o considerado ideal, menores intervalos entre os nascimentos, o que denotaria sua dificuldade de planejamento da reprodução. (PERPÉTUO; WAJNMAN, 2003, p. 329 apud PNDS, 2009, p. 90).

É interessante atentar-se para o fato de que a escolaridade não é o único fator que influencia na escolha dos métodos contraceptivos, mas colabora para que a mulher tenha melhores recursos internos para conduzir essa escolha.

A precarização da política de saúde, das políticas públicas, o desemprego, a educação sexual, a tarefa do cuidado baseado na desigualdade de gênero, dentre outros, também são importantes na avaliação da escolha do método contraceptivo. São um conjunto de fatores que levam a mulher a escolher a melhor maneira de regular a sua fertilidade. Dentre outros, as suas possibilidades materiais, financeiras e psicológicas, que são influenciadas pela sua vivência dentro do conjunto societário e político de desconstrução de direitos sociais.

A lei do planejamento familiar regularizou a esterilização para ambos os sexos. No entanto, as mulheres continuam optando majoritariamente pela laqueadura, que é uma cirurgia invasiva e com maiores chances de complicações, ao contrário da vasectomia, que é menos invasiva e tem maiores chances de reversão.

Embora a vasectomia seja simples e segura, ainda existe a falsa crença de que tal cirurgia limite a virilidade masculina, ocasionando o receio de que sua potência sexual se altere, não sendo mais como antes. E que a partir disso, seja visto com olhares preconceituosos diante do seu ciclo social (Nogueira *et al*, 2018). Isso incide,

possivelmente, na baixa porcentagem de adesão à cirurgia. Lima (2010) também aponta esse pré-conceito como um fator que influencia na escolha do uso dos métodos contraceptivos pelas mulheres, principalmente pela esterilização:

Os porquês do maior índice de esterilização voluntária feminina frente à masculina e, ainda, o maior percentual presente nas classes mais baixas, encontram-se na construção da desigualdade de gênero. O que é evidenciado com a exposição de BRAUNER (2002) “(...) são as mulheres que realizam a maior das esterilizações, em virtude do errôneo entendimento de que a esterilização masculina interfere na potência sexual do homem. (...)” O mito da impotência gera a escusa dos homens e impele as mulheres a traçarem, por elas e sobre elas mesmas, as atitudes concernentes aos métodos utilizados para a contracepção (LIMA, 2010, p. 10).

Apesar do aumento do número de vasectomias ter se elevado em relação ao ano de 1996, constatando 2,8% (PNDS, 2009), observa-se ainda a predominância da laqueadura. O documento analisado carece de atualização, uma vez que muito pode ser alterado em 14 anos, mas partimos do princípio de que se a hierarquia patriarcal, o cuidado centrado na figura da mulher e a responsabilidade feminina pela contracepção ainda se verificam presente na sociedade, então a predominância da laqueadura sobre a vasectomia provavelmente se manteve proporcional.

A Lei do Planejamento Familiar também proíbe o uso da esterilização como um método para o controle de natalidade por agentes externos, de forma unilateral e involuntária como costumava ocorrer anteriormente a essa regulamentação, como também não permite a laqueadura durante o parto, salvo sucessivas cesáreas anteriores ou recomendação clínica.

A laqueadura tubária foi bastante utilizada como um método de controle demográfico, tendo a teoria de Malthus como um discurso para a realização das esterilizações involuntárias (LIMA, 2010; DAMASCO *et al*, 2017).

Essa teoria associou o aumento da pobreza com a quantidade de pessoas no país, “uma vez que os alimentos seriam produzidos em ordem aritmética e a população cresceria em ordem geométrica, quanto maior o número de nascimentos, tanto maior seria a miséria em determinado local” (LIMA, 2010, p. 2). Ou seja, havia aquele entendimento de que pobreza gerava pobreza e para isso, a interrupção da fecundidade dessas mulheres pobres seria fundamental.

Nos anos 60, segundo Lima (2010), o Brasil sofria influência dos Estados Unidos, que pressionava os países subdesenvolvidos para uma política populacional controlista, caracterizada por “campanhas de esterilizações em massa, distribuição de

contraceptivos pouco testados e, inclusive, o oferecimento de recompensas para aqueles que se submetessem à esterilização, (...)" (BRAUNER, 2002, apud LIMA, 2010, p. 2).

Esse estímulo ao controle da natalidade da população acarretou no decréscimo do índice de fecundidade no país. Silva (2000) analisa os dados do IBGE no período da década de 1970, onde a taxa de fecundidade total era de 5,76 e em 1995, houve uma queda para 2,52 filhos por mulher. Observa-se que a queda na taxa de natalidade não acompanha o alto índice de violência e miséria, o que contradiz e invalida a teoria malthusiana defendida pelos teóricos.

Além da influência dessas políticas controlistas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, provocada pelos processos de urbanização e industrialização, também refletiu no uso de contraceptivo pelas mulheres.

A entrada da mulher no mercado de trabalho produz outras prioridades além da reprodução e esse fator juntamente com o aumento do nível de escolaridade feminina, a urbanização e industrialização no país, e o acesso aos novos métodos contraceptivos foram os principais causadores da redução da fecundidade (SILVA, 2000).

Destaca-se também, a ausência do setor público em formular uma política de Planejamento Familiar através da rede pública de saúde (BERQUÓ, 1987). Fato esse, de certo modo, permitiu que o controle de natalidade fosse promovido através de clínicas que praticavam a esterilização com objetivos controlistas.

De acordo com Silva (2000), ainda que os setores do governo brasileiro

não implementassem uma política oficial de contenção do crescimento demográfico, permitiram que instituições não governamentais aplicassem medidas de controle demográfico através de programas de planejamento familiar que distribuíam anticoncepcionais orais e praticavam a esterilização. (SILVA, 2000, s/p).

A falta de regulamentação possibilitou a realização de esterilizações involuntárias em massa, ou seja, sem consentimento das pessoas, principalmente da mulher, que gerou debates sobre os direitos reprodutivos da população.

Assim, em 1991, como aponta Silva (2000), os movimentos de mulheres em conjunto com parlamentares instauraram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os casos de esterilização, documentando os "riscos para a saúde das mulheres face aos abusos dessa prática conduzida de forma indiscriminada e

clandestina” (SILVA, 2000, s/p). O que culminou em um projeto para regularizar e regulamentar o exercício do direito reprodutivo e a esterilização no país, no que seria, mais tarde, a Lei do Planejamento Familiar.

A questão da esterilização involuntária de mulheres tinha um cunho sócio econômico e racista, e haviam indícios de que mulheres não brancas estavam sendo vítimas de esterilização em massa no Brasil, com o objetivo de controlar a natalidade desse grupo populacional (DAMASCO *et al*, 2017). Vale apontar que o procedimento de esterilização involuntária não foi um acontecimento exclusivo no Brasil, também realizado em mulheres negras nos Estados Unidos, como alega Angela Davis (2016).

A cirurgia cesárea para a realização da laqueadura tubária é um outro fator que a Lei do Planejamento Familiar regulariza, sendo o resultado de experiências ilegais anteriores.

Existia uma alta taxa de partos cesáreos com vistas à realização da laqueadura tubária em mulheres jovens e com poucos filhos, e Yamamoto (2011) aponta os estudos de Berquó, alegando que “o custo hospitalar do paciente e os honorários dos médicos estavam cobertos pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INAMPS) e o custo adicional da esterilização era pago ‘por fora’, pela gestante” (YAMAMOTO, 2011, p. 20). Ou seja, para as gestantes que eram asseguradas pelo INAMPS, não havia o financiamento as cirurgias com vistas à esterilização, mas ainda assim a prática da cirurgia cesariana para este fim se tornou “moda” no Brasil, para utilizar a expressão dada por Faúndes e Cecatti (1991).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil obteve uma taxa de 30,9% de cirurgias cesáreas no ano de 1981 (apud FAÚNDES e CECATTI, 1991), resultando como um dos países com as taxas de cirurgias cesáreas mais altas do mundo. Observa-se também que a taxa de cesariana acompanhou o perfil sócio econômico das mulheres gestantes em todas as regiões do país. Isto é, quanto maior o poder aquisitivo da mulher, maior a chance de poder custear esse tipo de cirurgia, o que corroborou, possivelmente, para a grande quantidade de esterilizações cirúrgicas pagas por fora, como apontado anteriormente.

Como se sabe, a cirurgia cesariana é um procedimento invasivo que pode trazer graves consequências para a saúde da mulher, como dores pós-parto, infecções, hemorragias, dentre outros, mas foi por bastante tempo considerada como o melhor tipo para se realizar um parto, ao passo que o parto natural foi considerado como o mais perigoso para o feto. Discursos como a ausência de dor e “o conceito de

que a cesárea permite à mulher manter intactas a anatomia e fisiologia da vagina e do períneo, enquanto que o parto vaginal produz perda acentuada da função do coito normal” (FAÚNDES e CECATTI, 1991, p. 155) contribuíram para o aumento da taxa dessa cirurgia.

Atualmente o discurso sobre o parto natural foi alterado. Existem diversos estudos que defendem e apresentam os benefícios de um parto natural (vaginal). Inclui-se também o parto humanizado, que aponta o protagonismo e a valorização da mulher no parto e a relação materno-infantil; a utilização de métodos não farmacológicos para o alívio da dor e a não utilização de fórceps, por exemplo (DINIZ, 2005; POSSATI *et al*, 2017).

Em que pese a esterilização cirúrgica voluntária poder ser realizada em momento distinto do parto cesáreo, Faúndes e Cecatti (1991) demonstram, através de dados do IBGE de 1986, que três quartos de todas as laqueaduras realizadas no Brasil foram feitas no último parto cesáreo da mulher. Assim, os autores constataram que a porcentagem desse procedimento variou de “61,25% em Sergipe até 85,9% no estado do Amazonas. O estado de São Paulo estava em segundo lugar, com 83%” (Berquó, 1988 apud FAÚNDES e CECATTI, 1991, p. 158).

Diante disso, não se pode dizer que não exista uma relação entre o grande índice de cirurgias cesarianas e a laqueadura tubária. Por esse motivo, a Lei do Planejamento Familiar, portanto, veda a esterilização cirúrgica em mulher “durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores” (BRASIL, 1996, Art. 10º, §2º).

A Lei do Planejamento Familiar, assim, foi fundamental para a regularização da laqueadura, além de promover a garantia das instâncias gestoras do SUS no que diz respeito à atenção à mulher, ao homem ou ao casal e programa de atenção integral à saúde.

Apesar da laqueadura oferecer a liberdade sexual da mulher laqueada, a Lei do Planejamento Familiar possui um mecanismo que ainda assegura o poder masculino sobre o corpo da mulher. Exige-se a permissão do parceiro para a realização da esterilização. Cabe a ressalva que a vasectomia também requer autorização da parceira, mas isso não se configura como um poder feminino sobre os homens, visto o histórico controle masculino sobre os corpos femininos.

A escolha da mulher pelo uso de métodos contraceptivos ainda é cerceada pelo consentimento do homem. Principalmente quando diz respeito à esterilização cirúrgica

voluntária. Como bem colocado pelo Portal Geledés na matéria mencionada, existe na educação tradicional a perspectiva da mulher ser submissa ao desejo do marido. Isso somado às altas estatísticas de relacionamentos abusivos permite nos mostrar que as mulheres ainda não conquistaram plenamente a autonomia sobre seus corpos e sobre seus direitos reprodutivos, sendo de certa forma cancelado pelo próprio Estado:

“O fato de ainda existir uma legislação assim é inconstitucional, pois viola o princípio da dignidade da pessoa humana”, argumenta Lívia. “A dinâmica familiar moderna não mais admite a imposição da vontade de um cônjuge sobre o outro.” Segundo a advogada, inclusive, qualquer conduta do marido que impeça a mulher de usar um método contraceptivo enquadra-se como violência sexual segundo a Lei Maria da Penha – o que torna o próprio Estado conivente com uma ilegalidade (GELEDÉS, 2017).

Atualmente existe um Projeto de Lei nº 4515/2020 que altera o Art. 10º da Lei do Planejamento Familiar que propõe diminuir a idade mínima para o requerimento da esterilização cirúrgica voluntária de 25 para 20 anos de idade, revogando os parágrafos 2 e 5. Inclusive, o parágrafo 5º refere-se ao consentimento do cônjuge para a referida cirurgia, conferindo um grande ganho para as mulheres que desejam a laqueadura, mas que não possuem a concordância do parceiro.

4.2 Experiências do cotidiano na prática profissional

O presente debate é fruto de uma experiência do campo de estágio obrigatório, realizado durante o ano de 2019 em um hospital federal de alta complexidade, situado na cidade do Rio de Janeiro.

Inserida no ambulatório de pré-natal da Instituição, pude analisar diversas demandas advindas das gestantes. Demandas, que expressam a complexidade de determinadas manifestações da questão social. Principalmente, por ser um hospital especializado em alto risco fetal, é demandado um atendimento especializado.

Ou seja, a demanda das gestantes deve ser associada ao possível estresse, de entender que seu filho, provavelmente, terá alguma intercorrência ao nascer, bem como as dificuldades inerentes a uma gestação conturbada.

Como mencionado, o ambulatório de pré-natal da Instituição tem como perfil de atendimento mulheres que tenham alguma gestação de alto risco fetal, como idade materna avançada, adolescentes menores de 14 anos, fetos com malformação, fetos

com exames ultrassonográficos alterados, antecedentes de malformação, doenças maternas com repercussões na saúde do feto como citomegalovírus, sífilis, HIV, HTLV, gemelaridade, etc. Assim, diferentemente do cotidiano de um pré-natal de risco habitual, as consultas são mais frequentes, e dessa forma, o contato com essas gestantes torna-se maior, facilitando a troca de experiências entre usuária e profissional.

No que tange ao perfil das usuárias atendidas pelo Serviço Social do ambulatório, a maioria das gestantes se auto-declaram pardas e negras¹⁷. Vale ressaltar que este é apenas o perfil racial majoritário atendido pela instituição. Todas as mulheres que se valem do procedimento da laqueadura, são pressionadas pela responsabilização da contracepção pela sociedade, o que independe de sua cor e classe social.

É importante ressaltar que historicamente, a população negra é considerada uma população vulnerável, e grande parte reside na periferia. Chehuen Neto *et al* (2015) apontam que

o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil mostra a diminuição da qualidade e da expectativa de vida da população negra, e revela maiores chances de morte materna e infantil e menor acesso a serviços de saúde, além da violência vivenciada de forma mais intensa por esse grupo, sobretudo entre jovens negros, quando comparada ao restante da população. Diante das desvantagens materiais e simbólicas historicamente sofridas pelos negros, a escassez de ações efetivas para o seu enfrentamento poderá prorrogar as disparidades nas condições de vida e saúde indefinidamente (CHEHUEN, Neto *et al*, 2015 p. 1910)

Obviamente, a desconstrução dos serviços públicos afeta toda a população usuária, independentemente do nível de escolaridade. E nesse cenário, podemos dizer, que como geralmente a população negra se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica, em grande parte não possuem recursos para arcar com planos de saúde privado. Assim, por depender de um sistema público de saúde precarizado, possuem piores índices de saúde em relação à população que se identifica como branca. Cabe salientar que alguns planos privados de saúde não são tão superiores ao sistema público, devido a mercantilização da saúde.

Vale ressaltar, que enquanto profissionais do Serviço Social, objetivamos

¹⁷ Dados produzidos a partir de um trabalho acadêmico realizado sobre a análise do perfil do usuário da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional em conjunto com o estágio.

cumprir os princípios e responsabilidades dispostos no Código de Ética de 1993. Ou seja, apesar dos limites impostos pela precarização da política, nossa responsabilidade é oferecer um atendimento de qualidade para as usuárias. Nesse sentido, o acesso a um atendimento de qualidade deve ser visto pela ótica do exercício do direito e não pela perspectiva do favor. Pois, é fundamental ao exercício pleno da cidadania. Por este motivo, uma atuação profissional em conformidade com essa perspectiva de cidadania deve ser constantemente reforçada.

Quanto à escolaridade das gestantes atendidas, poucas chegam a se inserir no ensino superior, uma vez que a maioria tem o nível médio completo ou até mesmo, incompleto. Assim, é possível observar que essas gestantes possuem baixo nível de escolaridade, o que geralmente não é o suficiente para estarem inseridas em um emprego qualificado. Ainda, a maioria não possui um vínculo empregatício de carteira assinada, ou está desempregada.

Como dito, a baixa escolaridade tem uma grande influência nos vínculos empregatícios, que procuram pessoas mais qualificadas para os cargos. Por isso, em um contexto de desemprego, as pessoas com trajetórias maiores de escolarização possuem vantagens, tais como maiores salários, proteção trabalhista, entre outros.

Assim, a falta de qualificação das mulheres economicamente ativas reflete na sua informalidade, desemprego, trabalhos autônomos, que muitas vezes não desfrutam da proteção trabalhista devida. Diante disso, considerando que mais da metade dessas mulheres não possuem renda própria, é presumível o impacto na vida da mulher e do bebê.

Por fim, a escolaridade é um indicador social permanente. Enquanto que renda é um indicador social mais oscilante, uma vez que pode sofrer tanto aumento, como pode sofrer redução, frente ao cenário sócio-político atual.

4.2.1 Atuação do Serviço Social e Planejamento Familiar com vistas à Laqueadura Tubária.

O Serviço Social, na instituição em que tive a oportunidade de realizar o estágio, além das suas atribuições privativas, também participa do Planejamento Familiar, que tem o objetivo de garantir o direito das famílias de informação e reflexão sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

As gestantes, por meio da busca ativa, ou que são encaminhadas por outros profissionais de saúde da instituição, podem agendar um atendimento com o Serviço Social. Onde serão esclarecidas quanto aos requisitos legalmente previstos para ser feita a esterilização. Como já mencionado, poderá ser realizada após o parto caso os partos anteriores tenham sido normais, ou para as que já tiveram duas cesáreas, será realizado durante a cirurgia cesariana.

A laqueadura tubária pode ser feita através de forma ativa, onde a mulher procura o serviço de saúde para fazer o procedimento, ou pode ser feita através de uma indicação clínica, caso exista risco materno. Na instituição, como elas são atendidas por conta do alto risco fetal, as mulheres buscam esse tipo de cirurgia por livre espontânea vontade, uma vez que em tese, não há risco para a saúde da mulher e conseqüentemente, não há indicação clínica.

Assim, no contexto do atendimento individual é realizada uma abordagem reflexiva. Sendo tratadas questões de gênero, autonomia feminina e postura da mulher com relação à sua vida reprodutiva, a fim de que a decisão possa ser tomada de forma consciente.

Depois da orientação, as mulheres que ainda desejam a laqueadura são orientadas a trazer os documentos legais. Também são agendadas para o grupo de planejamento familiar onde são esclarecidas sobre os métodos existentes, suas vantagens e seus limites. De modo que a mulher possa permanecer com o método contraceptivo escolhido ou eleger outro.

Após o grupo de planejamento familiar, é feita a reunião e avaliação dos documentos trazidos, que posteriormente serão encaminhados para análise e autorização do procedimento. Sendo este, portanto, o procedimento padrão adotado pela instituição para o atendimento das mulheres que buscam realizar a laqueadura tubária.

Dito isso, para situar a atuação do Serviço Social na saúde é interessante que entendamos em que conjuntura sócio-política a saúde está inserida. Assim, em um contexto onde o neoliberalismo é predominante nas sociedades e na maneira em como essas organizam sua economia e política, é possível ver a precarização das políticas sociais oferecidas à população. Principalmente nos países da periferia do capital, e em especial, no Brasil.

Dessa maneira, o trinômio neoliberal baseado na privatização, focalização e descentralização das políticas sociais afeta substancialmente a população que utiliza

essas políticas. Pois, oferece uma baixa qualidade de vida, além de ser responsável pela redução dos direitos trabalhistas e sociais, o sucateamento da saúde pública, dentre outros.

Na trajetória da política de saúde, a sociedade passa a debater sobre a importância desse tema na década de 80, contando

com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um amplo debate que permeou a sociedade civil. Saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia (BRAVO, 2006, p. 8).

Logo, diferente da organização anterior, onde a saúde era vinculada à previdência, ou seja, tinha direito quem contribuía, a nova proposta seria de oferecer um sistema de saúde universal, vinculado à democracia e desvinculado da contribuição previdenciária.

Desse modo, a concepção de saúde como direito universal e dever do Estado trouxe a responsabilização do poder público de cuidar da saúde da população como um todo. O que influenciou na realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, marco na história da política de saúde pública.

Contudo, ainda que tal Conferência tenha dado início a discussão da política de saúde como direito universal, a década de 90 configura a entrada do neoliberalismo no Brasil, que dentre outras coisas, tinha a proposta da burocratização da reforma sanitária. Sem maiores aprofundamentos, diante disso, podemos ver dois grupos de interesses em tensão: o grupo a favor da reforma sanitária, apoiando as novas ideias, e o grupo a favor da privatização, articulado ao mercado (BRAVO, 2006).

Todas essas discussões influenciaram no processo de construção da Constituição de 1988. Constituição essa, que trouxe ganhos para o Brasil no que tange a responsabilidade do Estado pelas políticas sociais, dentre elas, a Seguridade Social, que abarca a saúde, assistência social e a previdência social.

No entanto, observa-se o desmonte da seguridade social influenciado pela Política de Ajuste Neoliberal, onde o “Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes eram suas” (BRAVO, 2006, p. 13).

Em outras palavras, a Seguridade Social nunca foi implementada conforme prevista na Constituição. Pois, a política de saúde foi sendo gradativamente vinculada ao mercado. Nesse contexto, destaca-se o desenvolvimento de estratégias de refilantropização da saúde, através de igrejas, ONGs, organizações sociais, etc. Ou seja, busca-se o subsídio para que a saúde pública universal possa oferecer o mínimo.

Por essa razão, aqueles que possuem o maior poder aquisitivo, migram para o setor privado de saúde. Gerando uma discrepância na qualidade do acesso a saúde, ante a desigualdade social.

Esse é o cenário na qual se encontra a política de saúde no Brasil, e onde o profissional de serviço social está inserido. No que diz respeito às requisições postas aos assistentes sociais pelas instituições de saúde, observa-se dois projetos antagônicos, caracterizados pelo projeto privatista e o projeto da reforma sanitária, anteriormente mencionados:

Dentro desse cenário, podemos demonstrar que a política de saúde no Brasil requer do profissional de serviço social dois projetos distintos na sua atuação. Esses projetos foram caracterizados como “projeto privatista” e o “projeto da reforma sanitária”, que já foi anteriormente mencionado. Sobre eles:

O projeto privatista requisitou, e vem requisitando, ao assistente social, entre outras demandas: seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psico-social através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais.

Entretanto, o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo a participação cidadã (BRAVO; MATOS, 2006, p. 10).

Assim, é possível dizer que o serviço social é uma profissão estruturada a partir de contradições. Ou seja, tanto atende aos interesses da classe dominante, quanto aos interesses da classe dominada.

No que diz respeito a atuação desse profissional no sistema público de saúde, é imprescindível que os interesses da população sejam atendidos prioritariamente e de acordo com os princípios do Código de Ética Profissional de 1993. E que, também, trabalhe em consonância com o projeto da reforma sanitária, orientado pelos

Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, cujo documento é produzido pelo CFESS.

No entanto, diante da conjuntura de precarização das políticas sociais e ameaça aos direitos trabalhistas, o assistente social pode se deparar com demandas institucionais as quais não necessariamente seguem os princípios do Código de Ética e da reforma sanitária. Por isso, é importante um profissional ativo e criativo, comprometido com a luta profissional e que saiba lidar com as exigências das instituições empregadoras, sem se deixar cair no jargão de que “na prática, a teoria é outra”, tanto debatido pelo Serviço Social.

Logo, um assistente social comprometido com o projeto ético-político profissional necessita estar constantemente atualizado teórica e criticamente para oferecer um atendimento adequado e humanizado às mulheres atendidas. Nesse sentido, o exercício do princípio “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993) se faz importante para entendermos em qual contexto as mulheres que demandam a laqueadura tubária estão inseridas e quais motivos a levaram a optar por um método contraceptivo que limite sua fertilidade de forma definitiva.

Além disso, atuar com demandas para laqueadura requer um profissional disposto a entender essa dinâmica, independentemente da sua crença pessoal. O ato de não julgar a escolha dessas mulheres se faz imperativo, visto que o atual Código de ética não permite julgamentos de valor e prega a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993).

Mesmo assim, durante meu tempo de estágio, foi perceptível que o assistente social ainda é visto como um profissional fiscalizador/caridoso por outros profissionais. Assim, conseqüentemente, foi comum me deparar com mulheres que não possuíam o perfil necessário para a realização da laqueadura tubária de acordo com a lei, pois essas mulheres eram encaminhadas para o Serviço Social com justificativas que apelavam para o “bom coração” da assistente social.

Ainda, atuar sem uma conduta fiscalizadora é fundamental, uma vez que a questão da sexualidade ainda é envolta pelo tabu, e principalmente quando o assunto envolve a vida sexual da pessoa. Portanto, a oferta de um atendimento íntegro e respeitoso é necessário para que a democratização da informação seja realizada, e para que o atendimento fornecido seja de qualidade.

Diante disso, o exercício do direito a um atendimento de qualidade é fundamental para a emancipação feminina. Pois, no atendimento do Planejamento Familiar, se discute sobre a condição da mulher na sociedade marcada pela desigualdade de gênero. Promove-se, dessa maneira, a reflexão sobre o papel feminino na prevenção de uma gestação indesejada e busca-se fortalecer a gestante, estimulando sua autonomia e protagonismo nas suas decisões particulares e familiares.

Em paralelo a isso, intencionando o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993), a participação dos parceiros é de grande importância para a discussão dessas relações. Ou seja, é imperativo trazer a responsabilidade de paternidade e o seu papel quanto à participação no Planejamento Familiar. Busca-se orientar quanto à participação ativa paterna, desmistificando a exclusividade da mulher na prevenção da gestação.

Assim, diante do contexto da precarização da política de saúde e de todas as consequências advindas desse desmonte, atuar em conjunto com o Código de ética e o projeto ético-político profissional é essencial para que seja garantido um atendimento digno, reflexivo que consagre a dignidade da pessoa humana.

Frisa-se, por fim, que embora o movimento feminista tenha conquistado diversos direitos para as mulheres, a sociedade continua sendo regulada por um regime patriarcal e binário-generificado. O que beneficia o homem em todos os aspectos. Gerando, como consequência, a necessidade do profissional do serviço social atuar a favor de uma “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993) que torna-se crucial na luta contra a desigualdade social e de gênero.

4.3 Laqueadura Tubária: uma escolha definitiva

Como já foi dito, dentre os atendimentos e atividades realizadas no campo de estágio, a maior demanda de atendimento é para o Planejamento Familiar, com vistas à realização da Laqueadura Tubária. Diante disso, indagou-se o porquê de tantas mulheres desejarem limitar a reprodução de modo definitivo.

Tendo em vista essa indagação, nos capítulos anteriores, buscou-se elucidar o cenário histórico no qual as mulheres estão inseridas; a trajetória da inserção da mulher no âmbito privado da vida, e o desenvolvimento do mito do instinto materno. Contextos, que impuseram um modelo de organização da vida social eurocêntrica.

Percebe-se, ainda hoje, traços claros da submissão do gênero feminino ao masculino. Sendo a opção pela esterilização cirúrgica feminina um reflexo dessa submissão.

Como exposto anteriormente, o perfil majoritário de mulheres que buscam a laqueadura são mulheres negras e pobres. E considerando que o mito do instinto materno e a responsabilização feminina pelo cuidado quase exclusivo da prole ainda é visto em larga escala na sociedade, essas mulheres são as mais afetadas por essa imposição. São as que mais se desdobram na dupla jornada de trabalho: produtivo e reprodutivo, principalmente quando são chefes de família.

Nesse contexto, Oliveira (2009) aponta que as transformações sociais do século XX para o século XXI atingiram e redefiniram os laços familiares. A composição familiar passou a variar, se diferenciando da família nuclear, unindo pessoas do mesmo sexo, divorciados, mães-solo, avós e netos...

No entanto, ainda se observa a opressão feminina de diversas formas. Uma delas por um novo formato de família baseado na composição monoparental, geralmente pela mulher e filho(s). Oliveira (2009, p. 72) define que família monoparental “é aquela na qual vive um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos”.

Segundo dados do IBGE do ano 2010, é possível observar que dentro das famílias monoparentais, 87,4% dessas famílias tem a mulher sem cônjuge como responsável, ao passo que, conseqüentemente, 12,59% tem os homens sem cônjuge como responsável.

Assim, a repressão de gênero se agrava, pois em que pese as mudanças ocorridas na composição familiar apontando para a monoparentalidade feminina, a desvalorização do trabalho da mulher só aumentou, ocorrendo “[...] principalmente entre as pessoas que não possuem acesso às políticas públicas, à escola e às condições dignas de sobrevivência, fatos estes que propiciam à mulher a má remuneração por sua mão de obra” (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

A jornada de trabalho da mulher não termina na esfera pública, e o trabalho doméstico se configura como uma segunda jornada, não reconhecido pela sociedade

como um trabalho, e portanto, não é remunerado. Cuidar da casa e dos filhos requer tempo, atenção e disposição, e a perspectiva de gestar mais uma nova vida parece estar além das possibilidades materiais, físicas, psicológicas e financeiras da mulher que demanda a esterilização cirúrgica. Frases como “já chega”, “já tenho muitos filhos”, “dá muito trabalho” são comuns de serem ouvidas nas entrevistas de Planejamento Familiar, demonstrando a realidade em que essas – e não apenas essas – mulheres vivem.

Somado a isso, a gestação de alto risco fetal pode carregar diversos traumas e ansiosos por parte da mãe. Perspectivas de como será o nascimento do filho e se ele será saudável, rondam o cotidiano da gestação desde a descoberta do diagnóstico, e o medo de uma nova gestação com a possibilidade de também ser de alto risco colaboram para o desejo da laqueadura. Portanto, a esperança de poder fazer um parto cesáreo com a realização da esterilização cirúrgica sustenta a vontade de limitar a fertilidade de forma segura e definitiva, e a aquisição desse “combo” se manifesta nas expressões de alívio e felicidade¹⁸. Também, salienta-se que existe o imaginário de que a laqueadura previne 100% a gestação, por ser uma cirurgia invasiva. O que não é verdade, pois, como todo método contraceptivo, a laqueadura tubária também tem chance de falha, ainda que em números ínfimos.

No entanto, a mesma felicidade não se manifesta para aquelas que têm suas expectativas frustradas por não se encaixarem no perfil que a lei determina. Ainda que possam ter a idade requerida ou uma grande quantidade de filhos, o número de cesáreas anteriores determina a possibilidade da realização durante o parto. Por isso, foi comum me deparar com reações violentas diante das notícias negativas ao procedimento.

A informação de que a laqueadura só poderá ser realizada após a gestação e no sistema básico de saúde parece ser motivo de desestímulo e desistência. Para Caetano (2014), a não concordância do serviço de prestar o procedimento é a principal razão para a desistência de obter a esterilização cirúrgica pelo SUS. Ainda,

É possível que a recusa esteja relacionada com a imposição de critérios mais restritivos do que os requisitos da legislação e com o desconhecimento da mesma (LUIZ; CITELI, 2000; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2003; CARVALHO et al., 2007). A desistência, por sua vez, tende a estar associada à extensão do período de espera relacionado ao período de aconselhamento e ao fluxo

¹⁸ A esterilização pode ser realizada fora do parto, mas na prática isso não acontece para as mulheres pobres, que veem no parto uma possibilidade de ter acesso ao procedimento.

administrativo burocrático desde o atendimento até a realização do procedimento (CARVALHO et al., 2007; OSIS et al., 2009; VIEIRA; SOUZA, 2009). Em outros contextos, o empecilho é a inexistência, no município, de hospital do SUS credenciado para prover a laqueadura tubária nos termos da lei (AMORIM et al., 2008). (CAETANO, 2014, p. 327).

Podemos dizer, portanto, que a precarização da saúde pública atinge a toda a população usuária, e os que dependem do sistema básico de saúde são os mais afetados. Assim, a ideia de que o SUS é ruim e desorganizado e que a saúde privada é melhor, é um reflexo do desmonte das políticas sociais feito pelo próprio Estado, e se mostra evidente quando a usuária age violentamente quando está diante de uma demanda negada. Diante da precarização da saúde, a pessoa usuária não se entende enquanto uma pessoa detentora de direitos, ou seja, cidadã. E a partir disso, o uso da violência verbal faz-se necessário para que seu “desejo” seja concretizado.

A título ilustrativo, a partir dos valores disponibilizados pelo Portal da Transparência, é possível ver que no ano de 2019 até o mês de outubro foram gastos R\$44.833.857.814,86 na área da assistência hospitalar e ambulatorial, e R\$19.086.469.892,32 na atenção básica de saúde.

Cabe destacar, que é claro que hospitais de alta complexidade necessitam de orçamentos maiores, uma vez que os equipamentos especializados e insumos necessários precisam corresponder à complexidade em que as instituições estão situadas. No entanto, é possível analisar que o valor correspondente às Unidades de Saúde Básicas é pequeno demais para garantir a atenção e o cuidado necessário para a população. Um orçamento duas vezes menor que o direcionado para a alta complexidade não é suficiente para o atendimento de toda a população, ocorrendo a falta de insumos; a demora para marcação de consultas médicas; falta de equipamentos necessários para uma atenção básica, assim como a dificuldade para marcação de exames básicos de rotina.

Conseqüentemente, os programas de Planejamento Familiar também são prejudicados, acarretando na demora das filas para a realização de esterilizações cirúrgicas, podendo até mesmo não existir a oferta de tais programas, como relatado por muitas gestantes. E é por esse motivo que a não autorização da laqueadura durante o parto causa tanta frustração.

Uma outra questão abordada nas entrevistas de Planejamento Familiar é sobre o uso de outros métodos contraceptivos. De acordo com o relato das gestantes atendidas, o preservativo masculino e a pílula anticoncepcional são as mais

conhecidas, e esse fato também é observado nos estudos de Schor *et al* (2000), Penaforte *et al* (2010) e Tintori *et al* (2016). Entretanto, apesar do conhecimento, não se pode dizer o mesmo sobre o uso efetivo na contracepção.

A não utilização de métodos contraceptivos pode ser reflexo de diversas situações: escolha, falta de informação sobre os métodos, falha na distribuição dos métodos pelo SUS, preferência dos parceiros, dentre outros.

No que tange à falha dos serviços oferecidos pelo SUS no sistema básico de saúde, a precarização anteriormente debatida reflete nos serviços de Planejamento Familiar, apresentando

deficiências na infraestrutura para a assistência (área física, recursos humanos, equipamentos, instrumental, material de consumo e educativo e formulários de registro); logística (métodos adequados à demanda e apropriadamente distribuídos); divulgação do serviço de planejamento familiar (não somente à demanda espontânea); capacitação entre as esferas municipal e federal; e dificuldades geográficas (PENAFORTE *et al*, 2010, p. 125).

Podemos dizer que a base de educação de saúde sexual e reprodutiva torna-se falha, causada pela precarização, e a falta de informação sobre a utilização dos métodos leva ao uso errôneo. Por diversas vezes, entrevistamos mulheres que relatavam o uso inadequado de pílulas anticoncepcionais, além do uso sistemático da pílula emergencial como um método contraceptivo de rotina, sem saber das consequências que o uso errôneo pode causar, além de poder ocorrer o efeito contrário do desejado.

Como já foi exposto, o acesso a informação e utilização de métodos contraceptivos é uma vitória conquistada pelos movimentos feministas. E diante disso, o sexo enquanto instrumento de prazer e não de reprodução passou a fazer parte da vida de milhares de mulheres, e os métodos contraceptivos foram fundamentais para isso.

Vale ressaltar que métodos contraceptivos como o preservativo evitam não só uma gravidez não desejada, como também protege de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). No entanto, a dificuldade da negociação do preservativo com os parceiros aparece frequentemente nas falas das gestantes que buscam fazer a laqueadura, priorizando o desejo do homem.

Estudos apontam que o uso ou não da camisinha nas relações sexuais estão associadas ao tipo de relacionamento que se tem (PLUTARCO *et al*, 2019; RIBEIRO

et al, 2011; NASCIMENTO *et al*, 2015). Sendo assim, o nível de confiança existente no relacionamento é um indicador que aponta para a opção do não uso do preservativo pelo casal. Quando se tem um relacionamento estável, a frequência do uso do preservativo é menor, e esse é um dos relatos mais frequentes das gestantes que solicitam a laqueadura.

No entanto, a compreensão no quesito do significado da confiança se difere entre homem e mulher, veja:

Em estudo sobre a prevalência e os fatores associados à sífilis em um centro de referência, Gomes *et al*. (2017) identificaram que a compreensão de confiança no parceiro se diferenciou entre homens e mulheres. Para homens, o termo estaria associado à exclusividade sexual, enquanto que para mulheres o termo não necessariamente implica fidelidade ou exclusividade, mas essencialmente que o parceiro se protege quando em relações extraconjugais. De qualquer modo, a confiança no parceiro estaria vinculada a uma visão de lealdade, amor e romantismo, principalmente no que se refere ao casamento, tornando mais provável o abandono do preservativo nesse contexto (PLUTARCO *et al*, 2019, p. 222).

Ainda, a dificuldade da negociação do preservativo para aquelas que querem, se dá justamente pela questão da confiança mencionada acima. Porém, muitas vezes, o não uso da camisinha pode não ser interpretada como uma dificuldade de negociação, uma vez que a confiança no parceiro é considerada como um fator basilar no relacionamento e portanto, seria o suficiente. Outra justificativa também apontada por elas, e vista em Ribeiro *et al* (2011), é que o preservativo tira o prazer, e, portanto, “é melhor sem”.

Cabe ressaltar que o desejo masculino pela não utilização da camisinha é prevalente, e a questão da desigualdade de gênero se apresenta nessas relações. Ainda que as mulheres tenham conquistado um poder de voz maior, em alguns relacionamentos, a “submissão” à vontade do homem é apresentada. E isso se agrava quando considerado o nível de escolarização da mulher:

Estudo revela que a escolaridade maior no grupo feminino garante a efetividade da discussão nas decisões que envolvem as medidas contraceptivas, equilibrando os índices de fecundidade pelo conhecimento adequado dos métodos de contracepção e sua utilização, além da quantidade de filhos desejada e conquistada. Logo, a educação da mulher atua na mediação das relações de gênero, atribuindo voz à mulher e despertando a aceitação do homem à discussão sobre o assunto (NASCIMENTO *et al*, 2015, p. 43).

Nesse contexto, um dos objetivos do assistente social nesse atendimento é orientar para o fato de que a esterilização cirúrgica não previne o contágio de ISTs e HIV, apenas previne a gestação. Ainda mais considerando que a não utilização do preservativo pode impor uma situação de vulnerabilidade feminina, visto a crescente “feminização da AIDS”, apontando uma grande infecção de mulheres pelo vírus da AIDS (SAMPAIO *et al*, 2011 apud PLUTARCO *et al*, 2019).

Podemos concluir, portanto, que a responsabilização feminina pela contracepção é uma consequência da desigualdade de gênero, que compromete a mulher pelo cuidado da esfera da reprodução, ocasionando em jornadas duplas e até triplas de trabalho. Soma-se, que a cultura machista e patriarcal desresponsabiliza o homem do cuidado, o que se traduz na grande quantidade de famílias monoparentais caracterizadas predominantemente por mulheres.

4.3.1 Paternidade e representação

A desresponsabilização do homem pelo pleno exercício da paternidade vem de construções histórico-sociais e é reforçada cotidianamente através de atitudes que demonstram o papel exclusivo da mulher no cuidado familiar.

Nesse contexto, é sabido que a questão da representação é importante para que determinado setor da sociedade se sinta incluído em alguma atividade. Como exemplo, em um estudo sobre a representação da “paternidade e cuidado” em revistas de cuidado infantil, Martins e Alves (2015) apontam que em fotos em que se mostra o homem, geralmente estão desvinculadas da paternidade. Segundo os autores,

Ao analisar o contexto em que o homem aparece na foto, verifica-se que, em mais da metade das fotografias publicadas, o homem apareceu sozinho. O homem independente e não vinculado à criança ou ao cuidado infantil constituiu a imagem mais predominante, ou seja, não se enfatizou, visualmente, a interação entre o homem e seus filhos (MARTINS; ALVES, 2015, p. 26).

A questão da não representação da paternidade na mídia é um reflexo da responsabilização feminina na reprodução e cuidado dos filhos, e, portanto, da realidade de muitas famílias.

O não exercício da paternidade influencia na desigualdade de gênero, e já é observada antes mesmo da criança nascer. A cultura do parto enquanto um evento

de exclusividade feminina ainda faz parte da sociedade, e a não participação do homem durante o parto ou pós-parto imediato é influenciada por decisões de profissionais da saúde (MARTINS; BARROS; MORORÓ, 2018).

O exemplo de responsabilidade paternal não é uno, e as experiências variam de acordo com a vivência de cada pessoa, a depender da influência positiva ou negativa de seu genitor. De acordo com uma pesquisa realizada por Martins sobre os discursos paternos (2007a apud MARTINS, 2009), pôde ser observado o desejo dos homens a um exercício de paternidade efetiva e afetiva, no sentido de participação da vida dos filhos para além do papel de provedor, valorizando atividades interativas, dentre outros. No entanto, a questão do homem enquanto provedor da família ainda persiste no cotidiano, e a tendência masculina persiste em “reconhecer as mulheres como protagonistas das decisões sobre reprodução” (MARTINS, 2009, p. 62).

Observa-se que a questão da representação da paternidade em meios midiáticos influencia no cotidiano, assim como a representação sistemática de mulheres em propagandas de produtos domésticos reforçam a característica feminina da reprodução da vida.

Assim, se a mulher é preparada para a maternidade desde criança, o mesmo não acontece com o homem. A preparação para a paternidade advém de exemplos da própria família ou conhecidos, e como alega Martins (2009), não existe uma problematização do papel da paternidade a partir de novas concepções. Nesse sentido,

Loewestein e Barker (1998) demonstram que meninos e rapazes de comunidades carentes do Rio de Janeiro não passam por nenhum treinamento ao longo da vida para se tornarem pais. Eles não têm espaço para falar de paternidade, sexualidade ou questões emocionais o que os deixa sem modelo para o exercício de uma paternidade afetiva. A maioria dos jovens do sexo masculino percebe a figura do pai como irrelevante para a criação e educação dos filhos. A mãe é a principal referência educacional. O modelo paterno que conhecem é muito frágil ou negativo. Mas mesmo entre esse grupo há aqueles com atitudes progressistas, que se permitem ser mais sensíveis, (...) Estes demonstraram ter uma relação com um parente ou amigos da família que teria servido de modelo, evidenciando a importância destas relações estabelecidas como modelo positivo ou negativo para os jovens (CRUZ, 2002, p. 22 apud MARTINS, 2009, p. 64).

Por isso, a necessidade da representação efetiva da paternidade enquanto pai cuidador e não apenas provedor se faz importante para que a responsabilização do

cuidado não recaia exclusivamente sobre a mulher, sendo direcionado para uma equidade de gênero do cuidado.

Podemos dizer que o exercício da paternidade efetiva e afetiva não só é importante para a reversão da responsabilidade feminina exclusiva, como também traz benefícios tanto para o pai quanto para a criança. As principais vantagens, segundo Martins (2009), seriam o desenvolvimento de

“...competências como emoções, receptividade, empatia e compaixão, sentimentos estes fundamentalmente experimentados por mulheres (...) Tais sentimentos possibilitariam às crianças os benefícios de uma relação afetiva mais próxima” (ENGLE; BREAUX, apud LYRA, 1998, p.187 apud MARTINS, 2009, p. 66).

Já em relação aos benefícios de uma paternidade efetiva para a criança,

a participação do pai em suas vidas as torna fisicamente mais saudáveis, emocionalmente mais seguras e mentalmente mais perspicazes, com melhor desempenho em testes de inteligência (UNICEF, 2001) e a manutenção do sentimento de solidariedade humana, pertencimento social e igualdade, que são essenciais para o seu bem estar (ONU, 2000 apud MARTINS, 2009, p. 66).

Outra questão que repercute no reforço do cuidado quase exclusivo da mulher, é a questão legislativa. Por exemplo, de acordo com o Art. 473º da Consolidação das Leis Trabalhistas, são direitos: a ausência remunerada do trabalho, permitida a falta de “até 2 (dois dias) para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira” (BRASIL, 1943); uma falta durante todo o ano até a criança completar seis anos em razão de consulta médica e licença paternidade, de apenas 5 dias corridos, ao contrário da licença maternidade, de 120 dias.

Sem desconsiderar outros exemplos, a própria questão da licença paternidade/maternidade ilustra a desigualdade da relação e responsabilidade do pai/mãe consolidada na própria lei. O que acaba naturalizando e reforçando o cuidado materno.

A questão do direito de falta remunerada para acompanhar a criança em consultas médicas também reforça a característica feminina do cuidado. Uma vez que, na maioria das vezes, é a mulher quem irá levar o filho à consulta médica. Também, isso desconsidera que a criança pode adoecer ou necessitar de consultas médicas várias vezes ao ano, e, logo, apenas uma falta durante todo o ano não é o suficiente.

Portanto, podemos dizer que esse conjunto de fatores reforçados em lei só faz com que a desigualdade de gênero seja reafirmada. A mulher, por ser mulher e ser responsabilizada pelo cuidado da criança, faz com que exista uma maior tolerância na ausência do trabalho quando comparada com a do homem. Mas isso não quer dizer que a mulher tenha mais segurança nas relações trabalhistas, já que a desigualdade de gênero se faz visível e presente nas diferenças dos salários das mulheres em relação aos homens.

5 CONCLUSÃO

Para elucidar os motivos pelos quais as mulheres optam pela limitação da fertilidade através do procedimento da laqueadura tubária, realizamos algumas reflexões durante o trabalho. E, através dessas reflexões, pudemos identificar alguns motivos pertinentes que influenciam na escolha desse método: a não colaboração da legislação que naturaliza e reforça o cuidado materno; a característica feminina da contracepção; o desejo pela liberdade sexual; a laqueadura enquanto um projeto de vida para as mulheres que desejam alcançar outras conquistas pessoais além da maternidade, dentre outros.

Assim, a partir do exposto, é possível afirmar que a regulação da fertilidade diz respeito a toda a camada feminina da população, e principalmente quando direcionada para a escolha pela laqueadura tubária, uma vez que envolve diversos aspectos históricos, sociais, psicológicos e financeiros.

A hierarquização baseada numa sociedade binário-generificada aponta para uma subordinação feminina em relação aos homens, as pondo em pé de desigualdade em diversos aspectos da vida, culminando em situações de divergência salarial, desigualdade social generificada, cuidado da reprodução recaindo sob a mulher, responsabilização feminina pelo controle da fertilidade, etc.

A argumentação se orientou pela perspectiva ocidental, e como os costumes dos povos gregos, constantemente difundidos pela influência ocidental, nos levou a acreditar que a subordinação generificada sempre existiu em todos os povos.

Para desmistificar essa crença, narrou-se o caso dos povos Yorubàs. Povos baseados no costume da hierarquização pela maior idade relativa, que independe da relação de gênero. Não possuindo sequer essa relação e diferenciação no vocabulário.

Ainda, buscou-se demonstrar a visão de outras autoras que não brancas para ilustrar a diversidade de opiniões, vivências e lutas, com a intencionalidade de não centralizar o debate em apenas uma perspectiva racial. Dessa maneira, as experiências pelas quais as mulheres vivem se diferenciam e têm pesos diferentes quando posta a raça/etnia, classe social, orientação sexual, dentre outros, traduzindo-se em uma discriminação interseccional.

Também foi visto, que a assimetria do papel social atribuído ao sexo biológico foi naturalizada, sendo aplicada ao gênero da criança antes mesmo de nascer,

configurando um lugar social pré-determinado. Que a sociedade, em ordem de controlar os corpos femininos, passou a fiscalizar sua sexualidade, controlar a natalidade e fertilidade através da criminalização do uso de métodos contraceptivos.

No caso das mulheres negras, elas foram hipersexualizadas, e embora a sexualidade da mulher branca fosse reprimida, para essas mulheres, esta foi ampliada e explorada. O fato é que o controle da reprodução de ambas as mulheres foi explorado com a finalidade de reproduzir mão de obra futura para o modo de produção capitalista.

Assim, o trabalho realizado na esfera privada pela mulher é um trabalho, embora não seja reconhecido pelo modo de produção capitalista enquanto tal. No entanto, colabora diretamente para o trabalho produtivo, realizado na esfera pública. Depende tempo, energia, intencionalidade e por ser realizado majoritariamente por mulheres e não-remunerado, permite a manutenção do patriarcado e do modo de produção capitalista, ainda que a mulher trabalhe muito mais que o homem.

Em sequência, foi demonstrado que a experiência e o desejo pela maternidade foram difundidos e estimulados por diversos discursos com a intenção de que as mulheres entendessem o seu lugar na reprodução social através do instinto maternal. Instinto este, como visto, não é “natural”, ou seja, se precisou ser difundido, foi porque nem todas as mulheres possuíam esse desejo de maternidade. E até hoje não é um desejo universal. Portanto, o instinto materno foi um mito disseminado na sociedade, que estimulou e colaborou para o confinamento das mulheres no interior de suas casas, exercendo o trabalho da esfera privada.

Se para as mulheres brancas o discurso foi este, para as mulheres negras, a narrativa foi outra. O racismo estimulou a propagação de estereótipos, e o exercício maternal da mulher negra não fugiu desse preconceito. O discurso para essas mulheres não foi o estímulo ao instinto materno, mas sim, de mudança comportamental que atingia diretamente na forma em que essa mulher exercia a maternidade.

Percebeu-se que, independente da situação em que a mulher se encontrava ou se encontra, o sentimento de maternidade não é universal. O desejo de cuidar do trabalho reprodutivo e amamentar não é único para todas as mulheres. Esse discurso tem a assimetria de gênero e o patriarcado como um elemento em comum. Discurso, induzido muitas vezes através da educação, dos direitos e dos valores morais, fazendo que as mulheres perpetuem esse papel generificado.

Por isso, geralmente, o mito do amor materno influencia a mulher a aceitar a maternidade em detrimento aos seus desejos pessoais. Sem qualquer relação à cor e aos discursos, a rejeição à maternidade ainda gera uma reação negativa da sociedade moralista. Através dos discursos morais e religiosos, a sociedade intervém para que as mulheres aceitem o seu "chamado"; resultado do discurso incisivo do amor materno. Nesse contexto, os movimentos feministas foram essenciais para a tomada de consciência feminina, através dos estudos sobre gênero, sexualidade, dentre outros.

Foi destacado que diante da não universalização do desejo de maternidade e do papel atribuído à mulher, a laqueadura tubária parece ser a chave da liberdade, para sua autonomia para o sexo enquanto instrumento de prazer e não reprodutivo, além da possível intenção do livramento do uso do preservativo.

Diante disso, de um modo geral, podemos dizer que a questão da laqueadura tubária nos permite reconhecer pelo menos duas facetas: a mulher retoma a consciência da reprodução e do seu corpo, e a laqueadura é um mecanismo de limitação da fertilidade de forma definitiva que mostra que a reprodução já não é mais uma prioridade de vida, e que projetos profissionais ou outros passam a ser mais interessantes que continuar a ter filhos. Isso também atesta que o instinto materno é um mito, e que não necessariamente as mulheres que tem filhos, já tinham o desejo de se tornarem mães anteriormente, e nem que continuaram a ter o desejo de engravidar. A laqueadura seria uma "libertação" da gestação.

A outra faceta ainda pertinente é a característica feminina da prevenção da gestação. A mulher ainda precisa interferir na biologia do seu corpo para prevenir uma gestação não desejada. Isso vai da utilização de anticoncepcionais hormonais até a cirurgia de esterilização. A responsabilização da mulher sobre a prevenção tem o significado que se é ela quem engravida, então ela que arque com as consequências de se proteger, ingerindo substâncias que alteram o seu organismo. Este ainda é um assunto que precisa ser debatido com a população, através de educação sexual e de gênero nas escolas; criação políticas sociais que valorizem o papel da mulher no cuidado; disponibilização de creches de funcionamento em horário integral que possibilite a mulher trabalhar fora, dentre outros.

Como resultado, a chance de uma nova perspectiva de futuro sem a possibilidade de engravidar definitivamente chama a atenção para essas mulheres, que têm diversas intencionalidades. Dentre elas, focar na esfera profissional e

liberdade sexual além de percebem o reflexo presente dos papéis de gênero femininos direcionados para o cuidado e sua responsabilidade pela contracepção.

Por consequência, no cenário analisado através da experiência do campo de estágio, em que a gestação dessas mulheres possui alto risco fetal, a perspectiva de outra gravidez parece assustar. O peso do cuidado de um filho com alguma deficiência ou que necessite de uma maior atenção, provavelmente recairá sobre essa mulher. Por isso, é de se compreender quando há a exaltação ao ouvir a resposta negativa para o seu pedido para a realização da laqueadura, quando não preenchidos os requisitos da Lei do Planejamento Familiar. Ainda mais por saber da dificuldade da realização desse tipo de cirurgia pelo Sistema Único de Saúde, devido a precarização da política de saúde.

Em suma, a falha dos serviços oferecidos para o Planejamento Familiar incorre na falta de oferta de métodos contraceptivos aliado a deficiência na educação sexual, facilitam a falta de noção do uso apropriado dos métodos contraceptivos. Sendo esse um fator que atravessa a vida de milhares de pessoas com a vida sexual ativa.

Além disso, a cultura e a sociedade ensinam que a responsabilidade pela contracepção é feminina, e assim, a isenção do homem na colaboração da prevenção de uma gestação não desejada e até mesmo de Infecções Sexualmente Transmissíveis pelo uso de preservativo se mostra presente, influenciando muitas vezes no desejo feminino pela laqueadura – já que a vasectomia parece ser descartada pelos homens pelo medo de perder a virilidade.

Continuamente, levantou-se a hipótese que do não exercício da paternidade pode ser um outro fator que colabora no cuidado predominante da mulher pelos filhos, e que pode ser um motivo que pesa indiretamente na escolha pela laqueadura.

É certo que nossos valores são influenciados pela sociedade e são repassados pela educação que recebemos de nossos pais, das escolas e outros aparelhos de construção de hegemonia. Consequentemente, tendemos a repetir e a repassar adiante. E com o estímulo ao exercício da paternidade afetiva e efetiva, não é diferente. Diante disso, esse cenário aliado à parca exibição dos homens no exercício da paternidade em veículos midiáticos, é possível apreender que não existe uma representação apropriada sobre o homem nesse assunto, reforçando o papel da mulher nesse cuidado.

De mesmo modo, as leis também são o reflexo do pensamento da sociedade. Como as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, então o tempo de licença

maior será direcionado para elas. O que reforça a perpetuação do cuidado feminino, e um “estímulo” a ausência do cuidado paternal.

Por fim, a atuação profissional humanizada do Serviço Social nos atendimentos direcionados para a realização da laqueadura pautada nos princípios ético-políticos da profissão faz-se importante para que a gestante se sinta acolhida. É importante aprofundar o sofrimento da mulher. Ainda mais quando consideramos que o tema sobre a sexualidade e a prática sexual ainda é um tabu para grande parte da sociedade. Sendo o não julgamento das experiências pregressas dessas mulheres, essencial para a garantia da qualidade do atendimento. Por este motivo, a reflexão em conjunto com a gestante sobre a trajetória das suas escolhas no gerenciamento da sua vida reprodutiva é fundamental para o empoderamento feminino.

Portanto, quanto aos motivos que levam as mulheres a optarem pelo procedimento definitivo da laqueadura tubária, é imperioso concluir que não existe um motivo único. Pois incidem sobre essa motivação, diversos fatores sociais e perspectivas divergentes. Inclusive, a depender da instituição hospitalar e do seu perfil socio-econômico. O que não impede afirmar que o reflexo da sociedade patriarcal e generificada, e todo o discurso proferido a respeito do cuidado feminino influenciam substancialmente essa decisão. Assim, mesmo que o trabalho não tenha tido o objetivo de esgotar os estudos sobre o tema, busca-se incentivar discussões mais aprofundadas. Pois o pano de fundo que permeia essa discussão (discriminação), infelizmente, ainda se faz presente em nossa sociedade atual.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALABA, Olugboyega. **Understanding sexuality in the Yoruba culture**. Lagos: ARSRC, Jun, 2004. (Understanding Human Sexuality Seminar Series, 1). Disponível em: <<http://www.arsrc.org/downloads/uhsss/alaba.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2021

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.

ASSIS, Dayane N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30892>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS Corpo, 2014. p. 13-49. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi9kumsp6PvAhWeIrkGHXsQA7YQFjAAegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.clacso.edu.ar%2FBrasil%2Fsos-corpo%2F20170920050513%2Fpdf_954.pdf&usg=AOvVaw3Y8iH3w9xaNAD8RG92Obz->>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERQUÓ, Elza. Sobre a política de planejamento familiar no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos e População**, v.4, n.1, p. 95-103, ago, 1987. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/603>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BOTTON, Andressa, *et al.* Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, Porto Alegre, vol.19, n.2, pp. 43-56, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4515/2020 que altera o artigo 10 da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para definir critérios para a esterilização voluntária. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262426>>. Acesso em 06 mar. 2021

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/** Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Brasília, 1943.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996.** Brasília, 15 jan 1996.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTTA, Ana Elisabete et al (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006. parte 1, cap. 5. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTTA, Ana Elisabete et al (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006. parte 2, cap. 3. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **R. bras. Est. Pop**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul/dez, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BUTLER, Judith R. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, André Junqueira. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 309-331, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n2/a05v31n2.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CHEHUEN, José Antônio *et al.* Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, pp. 1909-1916, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1909.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2^a ed. New York: Routledge, 2000.

Controladoria Geral da União. Portal da Transparência, 2019. Execução da despesa na política de saúde. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/10-saude?ano=2019>>. Acesso em: 25 out. 2019

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: SEMINÁRIO A INTERSECÇÃO DAS DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS HUMANOS, 200, Rio de Janeiro. [Anais...]. Rio de Janeiro: IBAM, UNIFEM, Consulado dos Estados Unidos, Jornal O Globo, SEPIR, SPM, 2004. Cruzamento: raça e gênero, painel 1. Disponível em: <<https://www.nesp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CROCHIK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Revista Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.4, n.3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a04.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.1, p. 133-151, jan/abr. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a08v20n1.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DA SILVA CONDILO, C. A identidade feminina na historiografia sobre as mulheres da Grécia Antiga. **Alétheia - Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, v. 1, n. 1, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Aletheia/article/view/28/23>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão. França, 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

GOUZE, Marie. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. França, 1791. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 3. p. 627-637, jul/set, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a19v10n3.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

EMIDIO, Thassia Souza; HASHIMOTO, Francisco. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 27-36, dez. 2008. Disponível em: <<http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/289/586>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Proporção de famílias monoparentais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-14,49,50,-15,55,-17,-18,128&ind=4703>>. Acesso em: 10/04/2021.

FAÚNDES, Aníbal; CECATTI, José Guilherme. A Operação Cesárea no Brasil. Incidência, Tendências, Causas, Consequências e Propostas de Ação. **Cadernos**

de Saúde Pública, Rio de Janeiro. v. 7, nº 2, p. 150-173, abr/jun. 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a03.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**.

São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi7IKepq6PvAhXMJrkGHT8XBOEQFjAAegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fcoletivoscorax.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F09%2FCALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf&usg=AOvVaw1usihOB-iWyJtxt3RZ97QE>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I. A vontade de saber**. 13ª Edição. Edições Graal, 1999

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

LIMA, Lorena Costa. **A mulher e o planejamento familiar: uma discussão sobre gênero**. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNI7, 6., 2010, Fortaleza.

Anais [...]. Fortaleza, 2010. Disponível em:

<https://www.uni7.edu.br/graduacao/direito/encontros-de-iniciacao-cientifica/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação?

In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS Corpo, 2014. p. 51-76.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi9kumsp6PvAhWeIrkGHXsQA7YQFjAAegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.clacso.edu.ar%2FBrasil%2Fsos-corpo%2F20170920050513%2Fpdf_954.pdf&usg=AOvVaw3Y8iH3w9xaNAD8RG92Obz->>. Acesso em: 09 mar. 2021

MARTINS, Mariana Luana et al. **Grécia Antiga: a posição da mulher sob a ótica masculina**. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNIFACIG, 4.;

SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG, 5., 2019, Manhuaçu. Anais [...].

Manhuaçu, 2019. Disponível em:

<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/1167>. Acesso em: 08 mar. 2021

MARTINS, Aline de Carvalho; ALVES, Juranir Badaró. Imagens de homens nas revistas de cuidados infantis: estímulo à paternidade. **Revista de Pediatria SOPERJ**, Rio de Janeiro v. 15, n. 1, p. 23-28, fev, 2015. Disponível em:

<http://revistadepediatricasoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=640>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARTINS, AC; BARROS, GM; MORORÓ, GM. Paternidade na gestação e parturição: uma revisão integrativa. **REFACS**, Minas Gerais, v. 6, n. 3, p. 485-493, 2018. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2211/pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARTINS, Aline de Carvalho. Paternidade: repercussões e desafios para a área de saúde. **Revista Pós Ciências Sociais**, Maranhão, v. 6, n. 11, p. 59-73, 2009. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwitx8vzrKPvAhWHEbkGHTZFDUwQFjAAegQIARAD&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uff.br%2Frevistagenero%2Farticle%2Fdownload%2F30897%2F17985&usq=AOvVaw2jznPXGHcgipFO0KYi-ZMk>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2013.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.07, n.15, p. 838-873, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25360/18227>>. Acesso em 09 mar. 2021.

NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme; *et al.* Adesão ao uso da camisinha: a realidade comportamental no interior do nordeste do Brasil. **Rev. Salud Pública**, Colômbia, v. 19, n. 1, p. 39-44, jan/fev, 2017. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rsap/2017.v19n1/39-44/pt>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

NOGUEIRA, Isabela Lima, *et al.* Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. **Rev Fund Care Online**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 242-247, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-908414#fulltext_urls_biblio-908414>. Acesso em: 09 mar. 2021.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 305-332, mai./ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/02.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: Em la frontera, 2017.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de Segunda Onda. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. Contexto, 2015. p. 238-259.

PENAFORTE, Marta Cristina, *et al.* Conhecimento, uso e escolha dos métodos contraceptivos por um grupo de mulheres de uma unidade básica de saúde em Teresópolis, RJ. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v. 15, n. 1, p. 124-130, jan/mar, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/17183/11318>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abeamo, 2003.

PLUTARCO, Lia Wagner; *et al.* A influência da confiança no parceiro na decisão do uso da camisinha. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 20, n. 1, mar, 2019.

POSSATI, Andrêssa; *et al.* Humanização do parto: significados e percepções de enfermeiras. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.21; nº4. p. 1-6, ago, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v21n4/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0366.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

QUEIROZ, Nana. Mulher deveria pedir autorização do marido pra fazer laqueadura? **Portal Geledés**. 21 de abr. de 2017. Questões de Gênero, Saúde. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulher-deveria-pedir-autorizacao-marido-pra-fazer-laqueadura/>> Acesso em: 06 mar. 2021.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251/11732>>.

Acesso em: 09 mar. 2021.

RIBEIRO, Karla Carolina S; *et al.* Querer é poder? a ausência do uso de preservativo nos relatos de mulheres jovens. **DST j. bras. doenças sex. transm**, v. 23, n. 2, p. 84-89, 2011. Disponível em: ><http://www.dst.uff.br/revista23-2-2011/7-Querer%20e%20Poder.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

><http://www.dst.uff.br/revista23-2-2011/7-Querer%20e%20Poder.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SCHOR, Néia. Mulher e anticoncepção: conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 377-384, abr/jun, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v16n2/2087.pdf>>.

Acesso em 09 mar. 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v.20, n.2, p.71-99, jul/dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 09 mar. 2021).

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p. 11-30, jan/abr. 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002/7778>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SEGER, Dayanne Dockhorn. Entre ideologia e representação: novos olhares sobre as mulheres atenienses. **Revista Cantareira** - edição 22, p. 22-41, jan/jul, 2015.

Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27770/16178>>.

Acesso em: 09 mar. 2021.

SILVA, Susana Maria Vele da. Inovações nas políticas populacionais: O planejamento familiar no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. 25, n. 69, ago, 2000. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uac=t=8&ved=2ahUKEwjU7dn7sKPvAhU0CrkGHUCcCjAQFjABegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fwww.ub.edu%2Fgeocrit%2Fsn-69-25.htm&usg=AOvVaw2avpCeherYpgVFnuR4s97s>>.

Acesso em: 09 mar. 2021.

TINTORI, Janaina Aparecida; *et al.* Conhecimento, utilização e orientação sobre métodos contraceptivos com mulheres. **Rev. Educação Popular**, Uberlândia, v. 15,

n. 1, p. 169-179, jan/jun, 2016. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjs24aWsaPvAhXIG7kGHUaeBiMQFjAAegQIAhAD&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufu.br%2Findex.php%2Freveducpop%2Farticle%2Fdownload%2F35691%2F18801%2F&usg=AOvVaw1Z6yeKA-giHW1_vic6rJnO>. Acesso em: 09 mar. 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Maternidade Negada**. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 219-258.

YAMAMOTO, S.T. **A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da Lei 9263**. [Dissertação de Mestrado].

São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2011. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjnzZmpsaPvAhVXJrkGHYldCDkQFjAAegQIAhAD&url=https%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F6%2F6136%2Fde-29112011-134801%2Fpublico%2FSergioYamamoto.pdf&usg=AOvVaw0aDOIzrywB0XkEnCbuZ-tj>>. Acesso em: 09 mar. 2021.